

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### Processo Administrativo nº 1402001/2025/SEPLAGE

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 09 de janeiro de 2026 a 27 de março de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO, para atendimento das demandas das Secretarias, Fundos Municipais e unidades administrativas de Castanhal.

## 1. ÓRGÃO GERENCIADOR

1.1. Órgão/Entidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO DE CASTANHAL/PA

### 1.2. Órgãos Participantes:

- a) Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.
- c) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMEL.
- d) Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOB.
- e) Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte – SEMUTRAN.
- f) Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA.
- g) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento – SINFRA.
- h) Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário – SEMADA.
- i) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEPLAGE.
- j) Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços – SEMICS.
- k) Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação – SUPRI.
- l) Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB.
- m) Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.
- n) Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN.
- o) Subprefeitura do Jaderlândia de Castanhal/PA.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NATUREZA DO OBJETO

### 2.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decreto Municipal nº 017/2024, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores. Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

*Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a*



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

*permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)*

## 2.2. NATUREZA DOS BENS E SERVIÇOS

Os itens referentes a aquisição em tela que compõem o objeto a ser contratado é caracterizado **serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

O objeto a ser contratado é caracterizado como serviços comuns **contínuos**, de que trata a Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a definição de “serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este, também, o entendimento do Tribunal de Contas da União.

## 2.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição possui natureza de **serviço continuado**, uma vez que envolve serviços de controle de pragas demandados de forma recorrente ao longo de todo o exercício, sem possibilidade de interrupção, sob pena de comprometer as atividades administrativas e institucionais do município.

Dessa forma, o objeto enquadra-se adequadamente nas disposições previstas nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, que tratam dos contratos de serviço contínuo e sua manutenção para assegurar a regularidade e a eficiência dos serviços públicos.

## 2.4. DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em razão da natureza essencial e continuada do objeto em análise cuja execução impacta diretamente a eficiência administrativa e a prestação regular de serviços públicos, impõe-se à Administração Pública o dever de adotar todas as medidas legais e gerenciais que assegurem sua adequada continuidade. Nesse cenário, destaca-se a possibilidade jurídica de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, como instrumento legítimo de racionalização das contratações públicas e de preservação do interesse público.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços observará o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser estendida por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

Ressalta-se que, na hipótese de prorrogação, a Ata poderá restabelecer a disponibilidade integral dos quantitativos originalmente estimados, para novo ciclo de utilização durante o período prorrogado, não se tratando de acréscimo quantitativo, mas de continuidade da execução do objeto nas mesmas condições inicialmente pactuadas.

Tal entendimento encontra respaldo no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, desde que haja previsão expressa no edital, manutenção das condições vantajosas e compatibilidade com o planejamento da contratação.

Destaca-se, ainda, que não haverá ampliação indevida do objeto, sendo vedada qualquer extrapolação dos limites originalmente estabelecidos, assegurando-se o respeito aos princípios da legalidade, economicidade e planejamento.

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

Nos termos do referido parecer, a renovação dos quantitativos da ata é juridicamente admissível, desde que observados os seguintes requisitos que iremos ter de realizar ao aditar a ata de registro de preço:

- ✓ Demonstração da vantajosidade da contratação para a Administração, mediante comprovação da manutenção das condições iniciais de preços;
- ✓ Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços, permitindo a ampliação dos quantitativos dentro do limite legal e contratual, em proporção ao período aditado;
- ✓ Análise prévia da demanda na fase de planejamento da contratação, incluindo menção no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos preparatórios;
- ✓ Formalização por meio de termo aditivo firmado durante o prazo de vigência da ata, em consonância com a legislação vigente.

Portanto, em face da importância do objeto licitado para a continuidade das atividades administrativas e da viabilidade legal da medida, este Estudo Técnico Preliminar contempla, de forma expressa, a possibilidade de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, como ação estratégica de planejamento público, voltada à economicidade, à eficiência operacional e à concretização do interesse público.

## **2.5. CONSOLIDAÇÃO SOBRE VIGÊNCIA DE ATA E SERVIÇOS CONTÍNUOS**

Ressalte-se que, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração. Tal disposição se aplica sempre que se adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP), independentemente da natureza do objeto, sendo possível sua utilização tanto para bens e serviços eventuais quanto para serviços contínuos, desde que atendidos os requisitos legais.

Importante destacar que essa regra não se confunde com a prorrogação contratual prevista no art. 107 da mesma Lei, a qual trata especificamente da vigência dos contratos de prestação de serviços contínuos, permitindo sua prorrogação sucessiva por até 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade da continuidade do vínculo contratual para a Administração.

Dessa forma, quando adotado o SRP para serviços contínuos, deve-se observar a distinção entre a vigência da ata (art. 84) e a vigência do contrato decorrente da adesão à ata (art. 107), assegurando a devida conformidade legal e a eficiência da contratação pública.

## **3. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

A elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) constitui instrumento essencial de planejamento e racionalização das aquisições e contratações públicas, permitindo o alinhamento das demandas apresentadas pelas Secretarias e pelos ordenadores de despesa às necessidades efetivas da Administração. Além de orientar a execução orçamentária, o PCA possibilita a identificação de oportunidades para ganho de eficiência, redução de custos, padronização de procedimentos e aprimoramento contínuo dos processos internos.

Trata-se, portanto, de ferramenta que fortalece os mecanismos de governança, assegura maior previsibilidade às contratações e contribui para o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade,

eficiência, economicidade, transparência e prestação de contas. Ao promover a organização antecipada das necessidades de bens e serviços, o Plano de Contratações Anual também permite mitigar riscos inerentes às fases de planejamento, à seleção de fornecedores e à gestão contratual, reduzindo intercorrências e favorecendo contratações mais céleres e eficazes.

Ressalta-se, ainda, que o Plano de Contratações Anual referente ao exercício de 2026 encontra-se em fase de elaboração, observando-se as disposições legais vigentes e as diretrizes da gestão municipal, de modo a assegurar a continuidade do planejamento das contratações públicas e o atendimento às necessidades administrativas ao longo do exercício

#### **4. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade justificar a necessidade de contratação de Serviço de Controle de Pragas, destinado às Secretarias, Fundos e unidades administrativas do Município de Castanhal/PA, com o objetivo de assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança nos prédios e unidades públicas municipais.

A contratação do serviço de controle de pragas mostra-se essencial para a prevenção e eliminação de insetos, roedores e outros agentes que possam comprometer a saúde dos servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos, bem como afetar o adequado funcionamento das atividades administrativas. A presença dessas pragas representa risco sanitário, além de poder ocasionar danos ao patrimônio público e às instalações físicas.

A execução periódica e planejada do serviço contribui para a manutenção de ambientes seguros e adequados ao desenvolvimento das atividades institucionais, atendendo às normas sanitárias vigentes e às orientações dos órgãos competentes. Dessa forma, promove-se a continuidade dos serviços públicos em condições apropriadas, reduzindo riscos à saúde coletiva.

Além disso, a contratação padronizada do serviço de controle de pragas proporciona maior eficiência administrativa, melhor controle dos gastos públicos, redução de intervenções emergenciais e mitigação de riscos decorrentes de infestações inesperadas, assegurando economicidade e racionalização dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação do serviço de controle de pragas revela-se indispensável para o regular funcionamento das Secretarias e unidades administrativas do Município de Castanhal/PA, contribuindo para a qualidade do ambiente de trabalho e para a eficiência da Administração Pública Municipal.

##### **4.1. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO)**

A Administração Pública Municipal, por meio de suas diversas Secretarias, Fundos e unidades administrativas, necessita garantir condições adequadas de higiene, salubridade e segurança sanitária em seus prédios e instalações, a fim de assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas e o bem-estar de servidores e usuários dos serviços públicos. Contudo, verifica-se um cenário marcado pela ausência de

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

contratação planejada de serviços de controle de pragas, o que compromete a eficiência administrativa e a continuidade das ações governamentais. Podemos destacar os principais problemas encontrados como sendo:

- Ausência de contratação padronizada para a prestação de serviços de controle de pragas;
- Dificuldades no planejamento e na execução de ações preventivas e corretivas de combate a pragas urbanas;
- Risco de proliferação de insetos, roedores e outros vetores, com impactos diretos à saúde pública;
- Realização de contratações emergenciais, com potencial aumento de custos e menor economicidade;
- Fragilidade no controle e na previsibilidade dos gastos públicos relacionados à manutenção sanitária dos prédios públicos;
- Comprometimento das condições de funcionamento das unidades administrativas e da qualidade do atendimento ao público.

Essa situação impacta diretamente o desempenho das atividades administrativas e a efetividade das ações públicas. No âmbito interno, a inexistência de um serviço regular e organizado de controle de pragas dificulta a manutenção de ambientes adequados de trabalho, aumenta o risco de afastamentos por problemas de saúde, gera insegurança sanitária e pode ocasionar danos ao patrimônio público, equipamentos e arquivos.

No âmbito externo, a ausência desse serviço compromete a imagem institucional do Município, uma vez que ambientes inadequados podem afetar o atendimento à população e o cumprimento de exigências sanitárias, além de sujeitar a Administração a notificações, autuações e penalidades por parte dos órgãos de fiscalização competentes.

É importante destacar que o controle de pragas é instrumento essencial para a preservação da saúde coletiva e para a manutenção das condições mínimas de funcionamento das unidades públicas. A ausência desse serviço compromete, por exemplo:

- A manutenção de ambientes limpos, seguros e adequados ao atendimento da população;
- O cumprimento das normas sanitárias e de saúde pública vigentes;
- A prevenção da proliferação de vetores transmissores de doenças;
- A conservação das instalações físicas e do patrimônio público.

Portanto, a problemática a ser resolvida consiste na necessidade de assegurar, de forma contínua, planejada e eficiente, a contratação de serviços de controle de pragas, garantindo melhores condições sanitárias nos prédios públicos, maior controle dos gastos públicos, economicidade, transparência e eficiência na atuação da Administração Pública Municipal, refletindo positivamente na qualidade dos serviços prestados à população.

#### **4.2. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação e execução de Serviços de Controle de Pragas, pretende-se alcançar resultados que fortaleçam a eficiência administrativa, a segurança sanitária e a adequada execução das atividades desenvolvidas pelas Secretarias, Fundos e unidades administrativas da Administração Pública Municipal. Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

**ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

- Melhoria das condições de higiene, salubridade e segurança sanitária nos prédios públicos municipais, garantindo ambientes adequados para servidores e usuários dos serviços públicos;
- Padronização da contratação dos serviços de controle de pragas, promovendo maior uniformidade, controle e transparência nos procedimentos administrativos;
- Maior eficiência operacional, com a redução de ocorrências de infestações, retrabalhos, interrupções das atividades e contratações emergenciais decorrentes da ausência de ações preventivas;
- Prevenção da proliferação de insetos, roedores e outros vetores transmissores de doenças, contribuindo para a proteção da saúde coletiva;
- Atendimento às normas sanitárias e às exigências dos órgãos de vigilância e fiscalização, mitigando riscos de autuações e penalidades administrativas;
- Promoção da economicidade e do uso racional dos recursos públicos, por meio de ações planejadas, periódicas e preventivas, reduzindo custos com intervenções corretivas;
- Contribuição para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, ao assegurar ambientes públicos seguros, organizados e adequados ao atendimento e à execução das atividades administrativas.

Assim, a contratação dos serviços de controle de pragas possibilitará à Administração Pública Municipal alcançar maior eficiência em seus processos, preservar a saúde dos servidores e da população, proteger o patrimônio público e fortalecer a atuação institucional, atendendo ao interesse público e promovendo resultados sociais e administrativos significativos.

#### **4.3 NOME DO OBJETO**

A alteração da denominação do objeto, de “Serviço de Controle de Pragas” para “Serviço de Controle de Pragas e Higienização”, visa conferir maior precisão técnica e aderência ao escopo efetivamente demandado e discriminado no Termo de Referência, uma vez que a contratação abrange, além das ações típicas de desinsetização/desratização e manejo de fauna sinantrópica, a execução de serviços de higienização, em especial a limpeza e higienização de caixas d’água e demais atividades correlatas previstas nos itens do certame. Trata-se, portanto, de ajuste meramente descritivo e qualificativo, que aprimora a clareza do objeto, reforça a transparência e facilita a correta compreensão e fiscalização da futura execução contratual, sem alterar a natureza do serviço nem ampliar indevidamente o escopo, apenas adequando a nomenclatura ao conteúdo real da contratação.

#### **5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

A quantidade estimada do Serviço de Controle de Pragas e Higienização foi definida a partir da consolidação técnica das demandas formalizadas pelas Secretarias e unidades administrativas no âmbito do ETP, considerando-se os quantitativos informados, as áreas e ambientes a serem atendidos (m<sup>2</sup> e unidades), bem como as características físicas e operacionais dos prédios públicos do Município de Castanhal. Tal dimensionamento busca assegurar a manutenção contínua das condições de higiene, salubridade e segurança



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

sanitária, em coerência com a abrangência do atendimento e com a necessidade de preservação do regular funcionamento das atividades públicas.

Para tanto, considerou-se:

**Levantamento das unidades atendidas:** foram identificadas todas as Secretarias, Fundos, órgãos e unidades administrativas que demandam o serviço de controle de pragas, considerando a quantidade de prédios públicos, o fluxo médio de servidores e usuários, bem como a natureza das atividades desenvolvidas em cada local;

**Frequência de execução do serviço:** a estimativa contempla a periodicidade necessária para a realização dos serviços preventivos e corretivos de controle de pragas, levando em conta as recomendações técnicas, as normas sanitárias vigentes, o histórico de ocorrências e os diferentes níveis de exposição a agentes infestantes;

**Abrangência das áreas atendidas:** foram consideradas as áreas internas e externas dos imóveis públicos, incluindo salas administrativas, áreas de atendimento ao público, depósitos, arquivos, sanitários, cozinhas, áreas comuns, escolas, ginásios e demais espaços suscetíveis à proliferação de pragas;

**Flexibilidade e contingência:** a quantidade projetada inclui margem para atendimento de demandas extraordinárias, como surgimento inesperado de infestações, intensificação de ações em períodos críticos (como sazonalidade climática) ou atendimento emergencial a novas unidades, garantindo a continuidade do serviço sem prejuízo às atividades administrativas;

**Padronização e qualidade do serviço:** a definição da quantidade busca assegurar a execução padronizada do serviço de controle de pragas, com métodos adequados, produtos devidamente registrados nos órgãos competentes e procedimentos compatíveis com as exigências de saúde e segurança, evitando desperdícios e retrabalhos;

**Parâmetros legais e administrativos:** a estimativa respeita os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, permitindo adequado planejamento orçamentário, previsibilidade de custos e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, a quantidade estimada reflete uma projeção realista e responsável, capaz de atender integralmente às necessidades das unidades administrativas do Município de Castanhal, assegurando a manutenção de ambientes públicos seguros, saudáveis e em conformidade com as normas sanitárias, ao mesmo tempo em que garante controle eficaz de custos e gestão eficiente dos recursos públicos.

Ressalta-se que, após a elaboração dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD's), foi necessário proceder a ajustes nos quantitativos de determinadas unidades, de modo a adequá-los de forma mais precisa à realidade de cada secretaria e às efetivas necessidades do Município. Essa atualização visa garantir maior alinhamento entre o planejamento e a execução contratual, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e proporcional às demandas existentes.

A estimativa apresentada considera a demanda média das Secretarias, Fundos e unidades requisitantes do Município de Castanhal, com base em históricos de atendimento, características das edificações, intensidade de uso e períodos de maior vulnerabilidade à proliferação de pragas. Ressalta-se que os quantitativos poderão

ser ajustados conforme a evolução das demandas e mediante formalização de aditivos contratuais, respeitados os limites legais.

### 5.1 LEVANTAMENTO DOS QUANTITATIVOS POR DEMANDANTES

A seguir, apresentam-se as estimativas de quantitativos do Serviço de Controle de Pragas e Higienização por requisitante, com a indicação dos parâmetros utilizados por cada Secretaria, Fundo e unidade administrativa. Ressalta-se que o presente processo ampliou o escopo originalmente praticado, incorporando novas Secretarias e unidades que anteriormente não integravam a contratação, razão pela qual os quantitativos foram dimensionados a partir de levantamentos específicos dos imóveis públicos, informações prestadas pelas demandantes e memorial de cálculo, de modo a refletir as necessidades atualmente consolidadas.

O levantamento realizado evidencia a aderência dos quantitativos às necessidades efetivas de cada unidade, considerando, entre outros fatores, a metragem das áreas internas e externas, o tipo de ambiente atendido, o fluxo de pessoas, o grau de exposição a agentes infestantes, bem como as características operacionais das atividades desenvolvidas em cada local, assegurando coerência entre escopo, medição (m<sup>2</sup>/unidades) e planejamento de execução preventiva e corretiva.

Dessa forma, a definição dos quantitativos demonstra o compromisso da Administração Pública Municipal com a economicidade, eficiência e vantajosidade na gestão dos recursos públicos, assegurando a contratação de serviços de controle de pragas em quantidade compatível com a demanda real, de forma planejada, preventiva e alinhada às normas sanitárias vigentes.

- **A Secretaria Municipal de Educação (SEMED)** fundamentou sua estimativa na essencialidade sanitária do serviço e na amplitude da rede física sob sua responsabilidade, que compreende, entre outros imóveis, a Coordenadoria de Merenda Escolar, cujas atividades, por sua natureza, exigem ações contínuas de dedetização e controle integrado de pragas, além de 88 (oitenta e oito) Unidades Escolares e demais prédios vinculados à Secretaria. Ressalta-se que o quantitativo ora proposto é superior ao do processo anterior, uma vez que a estimativa anteriormente adotada se revelou insuficiente para atender à demanda real, especialmente diante do incremento de ocorrências e da necessidade de ações preventivas e corretivas regulares. Soma-se a isso a existência de registros de infestação/abrigo de pombos em determinadas unidades, o que impõe a realização de medidas de controle periódico, para preservação da salubridade e do adequado funcionamento das atividades escolares. Após análise do Documento de Formalização da Demanda (DFD) e da pesquisa de preços, procedeu-se à readequação dos quantitativos, de modo a compatibilizá-los simultaneamente com a necessidade técnica e com a capacidade orçamentária da SEMED, conforme documentação acostada aos autos. Destaca-se, ainda, que o valor orçado corresponde ao custo anual estimado para cobertura da rede, o que, quando diluído por unidade, por mês e conforme demanda, representa um valor razoável e proporcional frente ao escopo e à continuidade exigida pela prestação do serviço.



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

- **A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)** fundamentou a estimativa nos quantitativos das demandas das unidades vinculadas à secretaria, assegurando que a quantidade prevista corresponda efetivamente às necessidades reais, bem como no quantitativo do processo passado, qual seja, PE Nº 081/2023.
- **A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL)** estimou com base no quantitativo de espaços gerenciados por essa secretaria, visando a higienização adequada, com prevenção de doenças, demandando diretamente a estruturação dos espaços esportivos e de lazer. Na oportunidade a Secretaria anexou os 46 Ginásios esportivos que são de responsabilidade da SEMEL.
- **A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo (SEMOB)** estabeleceu a estimativa a partir de levantamento e pesquisa conduzidos pela Coordenação da secretaria, considerando as necessidades efetivamente identificadas para a execução do serviço de forma mais célere.
- **A Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SEMUTRAN)** utilizou como referência a área da Secretaria, que totaliza 1.218 m<sup>2</sup> de espaço interno utilizado diariamente pelo quadro de colaboradores.
- **A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)** fundamentou sua estimativa com base na demanda anterior, de modo a garantir que a execução atenda às necessidades operacionais da secretaria.
- **A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento (SINFRA)** elaborou sua estimativa com base na quantidade de prédios e sistemas de abastecimento de água sob sua responsabilidade. Após a realização de uma cotação inicial de valores, constatou-se a necessidade de reajustar as quantidades previstas, de modo a adequá-las à capacidade orçamentária da secretaria. A referida readequação encontra-se devidamente anexada aos autos do processo.
- **A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEMADA)** elaborou sua estimativa considerando a quantidade necessária para o período de 12 meses, garantindo consistência e precisão no dimensionamento da demanda.
- **A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAGE) e Secretaria de Suprimentos e Licitação (SUPRI)** elaborou a estimativa considerando a área total a ser atendida no imóvel onde funciona as Secretarias, bem como as dimensões físicas do prédio, natureza das atividades desenvolvidas, circulação diária e necessidade de garantir a o controle de pragas.
- **A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços (SEMICS)** embasou sua estimativa considerando o espaço por metro quadrado (m<sup>2</sup>) do imóvel de responsabilidade da Secretaria.
- **A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB)** elaborou sua estimativa considerando a infraestrutura física do prédio da Secretaria.

- **A Secretaria Municipal de Administração (SEMAD)** baseou sua estimativa no levantamento interno referente a demanda, considerando a execução periódica e preventiva desse serviço para manter o ambiente institucional seguro, evitando a ocorrência de surtos, reclamações e possíveis sanções por órgãos fiscalizadores.
- **A Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN)** fundamentou a estimativa da quantidade com base no consumo médio anteriores, considerando a demanda recorrente da secretaria, para dedetização de 3 em 3 meses.
- **A Subprefeitura do Jaderlândia** elaborou sua estimativa considerando a necessidade de conservação das unidades, em combater e prevenir alguns incidentes com pragas, como cupins, roedores, que podem causar danos estruturais e financeiros à prédios públicos.

## 5.2 QUANTITATIVO FINAL

Cumprir destacar que, no âmbito da fase de planejamento da presente licitação, verificou-se a necessidade de promover ajustes pontuais no objeto referente à prestação de serviços de controle de pragas, consistentes exclusivamente na adequação da descrição do objeto e na reavaliação dos quantitativos estimados, a fim de alinhá-los de forma mais precisa às reais necessidades da Administração.

As alterações realizadas não modificam a natureza do objeto originalmente pretendido, tampouco implicam ampliação indevida do escopo da contratação, limitando-se à correção técnica da descrição e à reorganização das quantidades previstas, com base em critérios atualizados de consumo, periodicidade dos serviços e áreas efetivamente atendidas.

Em decorrência dessa reavaliação, procedeu-se à atualização dos quantitativos inicialmente estimados pelas Secretarias (SINFRA, SEMED, SEMEL e SEMOB), de modo a assegurar maior coerência entre o planejamento da contratação e a demanda administrativa atual, evitando excessos que possam comprometer a eficiência e a economicidade do certame.

Ressalta-se que tais ajustes encontram respaldo no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a fase preparatória da contratação como etapa essencial de planejamento, impondo à Administração Pública o dever de definir com precisão o objeto, estimar corretamente as quantidades e estabelecer condições de execução compatíveis com a real necessidade administrativa.

Dessa forma, a adequação da descrição do objeto e a definição do quantitativo final dos serviços de controle de pragas servem de base para a elaboração do termo de referência e dos instrumentos contratuais, bem como para o adequado dimensionamento dos recursos técnicos, operacionais e financeiros envolvidos, garantindo maior precisão no planejamento, eficiência na gestão, regularidade na execução contratual e efetividade na prestação dos serviços, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

## 6. CONTRATAÇÕES SIMILARES

### 6.1. Elaboradas pelo Próprio Órgão:

No âmbito da Administração Pública do Município de Castanhal/PA, verificam-se registros de contratações pretéritas destinadas ao serviço de controle de pragas. Dentre esses instrumentos, destaca-se o último processo realizado, o Pregão Eletrônico nº 081/2023, cujo objeto abrange itens de natureza semelhante aos ora licitados.

#### Dados dos Processos:

#### **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 081/2023**

Valor de referência: R\$ 492.487,50

Valor adjudicado: R\$ 448.500,00

Vigência da ata: 04.03.2024 a 04.03.2025

Ressalta-se que o aumento do valor estimado da presente licitação decorre da inclusão de diversas Secretarias que não integravam o planejamento inicial do processo, circunstância que implicou a ampliação do quantitativo de serviços demandados e, consequentemente, a readequação do valor global da contratação.

Tal alteração não representa majoração arbitrária de preços, mas sim reflexo direto da expansão do escopo do objeto, de modo a contemplar de forma integral as necessidades administrativas atualmente identificadas, preservando a coerência entre a descrição do objeto, os quantitativos estimados e o valor total da contratação.

A ampliação do valor estimado encontra amparo na fase preparatória prevista no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de realizar planejamento adequado, definir com precisão o objeto e estimar corretamente as quantidades, considerando as demandas reais dos órgãos e unidades administrativas participantes.

Tal prática poderia induzir a distorções, ensejando risco de inexecutabilidade contratual, conforme disposto no art. 59, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a obrigação de garantir a seleção da proposta mais vantajosa e exequível. Ademais, reduções desproporcionais podem ocasionar posteriores pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, contrariando o princípio da economicidade previsto no art. 11, inciso III, da mesma lei.

### 6.2. ELABORADAS POR OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES

Com o intuito de aferir a razoabilidade do valor orçado para o serviço de controle de pragas, realizou-se pesquisa junto a processos licitatórios registrados em outros órgãos e municípios paraenses. Identificaram-se os seguintes referenciais:

**Prefeitura Municipal de Altamira/PA**, com população estimada em 126.279 habitantes (IBGE) – Pregão Eletrônico N° 011.2025:

✓ Valor total de referência de R\$ 5.109.163,66



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

- ✓ Valor total adjudicado de R\$ 4.076.698,86

**Fundo Municipal de Educação do Município de Marituba/PA**, com população estimada em 111.785 habitantes (IBGE) – Pregão Eletrônico nº 9/2024-029-SEMED/PMM - número da contratação 90029/2024:

- ✓ Valor total de referência de R\$ 3.017.498,00
- ✓ Valor total adjudicado de R\$ 2.075.266,00

**Fundo Municipal de Educação do Município de Abaetetuba/PA**, com população estimada em 158.188 habitantes (IBGE) – Pregão Eletrônico nº 05.2026:

- ✓ Valor total de referência de R\$ 2.838.118,00
- ✓ Valor total adjudicado de R\$ 0,00 (licitação ainda não realizada)

**Município de Castanhhal/PA**, com população estimada em 209.126 habitantes (IBGE):

- ✓ Valor total orçado para o presente processo: R\$ 3.152.832,51.

### 6.3 ANÁLISE DE VIABILIDADE DO VALOR DE REFERÊNCIA PARA CASTANHAL/PA

MUNICÍPIO	População (IBGE)	Valor de referência (R\$)
Altamira/PA (Pregão Eletrônico nº 011/2025)	126.279	5.109.163,66
Fundo Municipal de Educação do Município de Abaetetuba /PA (Pregão Eletrônico nº 9/2024-029-SEMED/PMM - número da contratação 90029/2024)	111.785	3.017.498,00
Fundo Municipal de Educação do Município de Abaetetuba/PA (Pregão Eletrônico nº 05.2026)	158.188	2.838.118,00
Castanhhal/PA	209.126	3.152.832,51
Média	—	3.075.982,43

### ANÁLISE

À luz do conjunto de referências levantadas, o valor estimado para a contratação em Castanhhal/PA mostra-se consistente, defensável e tecnicamente aderente ao cenário comparado, sobretudo porque se posiciona próximo da média apurada entre contratações semelhantes e dentro de uma faixa que não revela comportamento atípico frente ao mercado público regional.

A comparação entre os processos evidencia que o montante global não pode ser interpretado de forma isolada, pois a precificação do serviço está diretamente condicionada ao escopo efetivo (quantidade de unidades atendidas, áreas cobertas, periodicidade, rotinas, pragas-alvo e atendimentos extraordinários). Assim, a elevação do orçamento no presente caso indica uma adequação do planejamento à demanda real, evitando o erro metodológico de “forçar” um valor reduzido para caber em parâmetro anterior, o que poderia resultar em um processo de baixa qualidade e incondizente com a demanda.

Também se observa que, mesmo com população superior, Castanhhal apresenta valor de referência em patamar intermediário em relação aos demais entes pesquisados, o que sugere moderação orçamentária: não

se trata de estimativa inflada, mas de estimativa compatível com a ampliação do universo atendido e com o padrão de contratações similares. Em termos práticos, a proximidade com a média reforça que a estimativa está calibrada e reduz a probabilidade de sobrepreço.

Por fim, a análise aponta que a opção por estimativa alinhada ao escopo ampliado tende a produzir um procedimento mais robusto e competitivo, pois dá ao mercado um parâmetro realista para formulação de propostas, reduzindo a chance de problemas futuros ou necessidade de correções posteriores. Desse modo, o valor estimado se revela viável, preservando a coerência técnica do processo.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que o valor de referência de R\$ 3.152.832,51 revela-se viável, proporcional e devidamente justificado para o Município de Castanhal/PA, considerando a maior dimensão populacional (209.126 habitantes) e a ampliação objetiva da demanda decorrente da inclusão de novos órgãos e unidades atendidas. O montante estimado mantém coerência com o comportamento histórico observado entre valores de referência e adjudicação em certames semelhantes, além de contar com capacidade de financiamento compatível com a realidade orçamentária municipal.

Diante do cenário competitivo esperado, com tendência de redução na fase de lances, projeta-se que o valor adjudicado final se estabelecerá em patamar compatível com os referenciais analisados, preservando a vantajosidade, a execução sustentável e a eficiência da contratação.

## 7. DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

**Obs. 01:** A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da proposta, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Castanhal. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. Banco Banpará: 037 Agência: 002 Conta: 115620-9.
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Castanhal, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

**Obs. 02:** Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos.

**Obs. 03:** A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios.

**Obs. 04:** Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens/lotos que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item/lote constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item/lote, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item/lote específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens/lotos, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação.

**Obs. 05:** A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

**Obs. 06:** Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

#### 7.1. DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE:



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegurar que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

- 7.1.1.** Para este processo será considerado indícios de inexecuibilidade lances que apresentem 25% de economia referente ao estimado pela administração;
- 7.1.2.** Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase de habilitação)
- 7.1.3.** Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE JULGAMENTO” do Edital.

## **7.2. COMPROVAÇÃO ENCARGOS TRIBUTÁRIOS**

- 7.2.1.** Na exigência de comprovação de exequibilidade, é necessária comprovação de veracidade dos índices tributários que deverão ser inclusos na planilha de composição de custos, dentre os elementos que podem ser considerados para essa análise, está:
  - ✓ A verificação da carga tributária efetivamente suportada pela empresa, com o objetivo de confirmar se os encargos fiscais informados na proposta são compatíveis com o regime tributário adotado e com a realidade econômico-operacional da atividade desempenhada.
- 7.2.2.** Tal providência será incorporada como medida preventiva de propostas com descontos excessivos que culminaram em inadimplência, bem como ocorrido em processos anteriores de objetos diversos, acarretando desistência ou inexecução contratual, especialmente quando os custos operacionais e tributários foram subestimados.
- 7.2.3.** Desta forma, juntamente com os documentos supracitados, será cobrado que a empresa anexe comprovação de Encargos Tributários.
- 7.2.4.** Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no Edital.

## **8. DA SOLUÇÃO**

A solução adequada para atender às necessidades identificadas consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de controle de pragas urbanas, abrangendo ações preventivas, corretivas e de monitoramento, com execução programada e atendimento suplementar quando necessário, de modo a assegurar condições sanitárias regulares nas unidades administrativas participantes.

A estratégia recomendada baseia-se em Manejo Integrado de Pragas (MIP), priorizando inspeção técnica, identificação de focos, definição de métodos e intensidades de intervenção, e adoção de medidas que reduzam fatores de atração e abrigo, com aplicação de produtos apenas quando tecnicamente indicada. Essa abordagem favorece a eficácia do serviço, reduz riscos operacionais e assegura maior previsibilidade de resultados.

A contratação deve contemplar:

- Inspeções periódicas e tratamentos programados, conforme cronograma por unidade;
- Serviços mínimos essenciais (desinsetização, desratização e controle de vetores, quando aplicável), com possibilidade de inclusão de controle específico (ex.: cupins) conforme demanda técnica;
- Atendimentos extraordinários sob demanda, para ocorrências pontuais ou surtos;
- Emissão de relatórios técnicos por visita, com registro das áreas atendidas, pragas-alvo, produtos utilizados e recomendações;
- Garantia de conformidade regulatória, com empresa licenciada, responsável técnico e procedimentos operacionais padronizados.

Dessa forma, a solução proposta assegura cobertura integral do conjunto de Secretarias e unidades incluídas no escopo, promovendo a mitigação de riscos sanitários e a manutenção das condições adequadas de funcionamento dos prédios públicos

#### **8.1. OS ITENS POR LOTE SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO:**

Para assegurar cobertura integral, efetividade sanitária, padronização técnica e rastreabilidade na prestação dos serviços de controle de pragas no âmbito das instalações públicas municipais, definiu-se um conjunto de itens que contempla, de forma articulada, ações de desinfestação, controle de fauna sinantrópica, higienização de reservatórios e intervenções complementares em áreas críticas, conforme descrito a seguir.

✓ **Item 1 — Serviço de Dedetização em Geral (m²) LOTE 1**

Abrange o controle integrado de pragas por desinsetização e desratização, incluindo também controle/retirada de abelhas, controle de caramujos e manejo de pragas urbanas (baratas, formigas, cupins, pulgas, carrapatos, traças, percevejos, escorpiões e demais insetos nocivos). Finalidade: manter condições sanitárias adequadas, reduzir riscos à saúde e prevenir reinfestações em áreas internas e externas.

✓ **Item 2 — Limpeza de Forro e Controle Microbiológico (m²) LOTE 2**

Compreende procedimento técnico voltado à remoção de detritos e sujidades no interior de forros, incluindo verificações preventivas (ex.: ausência de fios desencapados), abertura parcial do telhado para desalojar possíveis animais, aspiração/varrição/sopro e retirada de resíduos sólidos. Finalidade: mitigação de focos de contaminação e eliminação de condições favoráveis à permanência de pragas e micro-organismos.

✓ **Item 3 — Afugentamento de Morcegos e Pombos (m²) LOTE 3**

Prevê a adoção de medidas físicas e técnicas para dissuasão e impedimento de acesso a áreas internas e externas, com vedação de vãos e aberturas (telas, tapumes, argamassas e soluções equivalentes), além do emprego de métodos de afugentamento (sons e outras técnicas disponíveis no mercado), desde que compatíveis com a legislação ambiental. Finalidade: reduzir riscos sanitários, danos estruturais e recorrência de nidificação/abrigo.

✓ **Itens 4 a 12 — Limpeza e Higienização de Caixas d'Água (unidades) LOTE 4**

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

Conjunto de itens segmentados por capacidade (1.000L, 2.000L, 3.000L, 5.000L, 6.000L, 10.000L, 30.000L, 40.000L e 60.000L), compreendendo: **esgotamento**, remoção de resíduos, enxágue, **secagem sem remanescentes** e **aplicação de hipoclorito de sódio** em pastilhas na dosagem compatível com o volume, com posterior reabastecimento. **Finalidade:** assegurar qualidade sanitária da água armazenada e reduzir risco microbiológico aos usuários das unidades.

✓ **Itens 13 a 15 — Serviços de Desratização por Grau de Infestação (m²) LOTE 5**

Itens estruturados para resposta proporcional ao cenário encontrado (grau leve, moderado e avançado), com controle abrangente de ratos, camundongos e ratazanas, utilizando iscas (granulado e parafinado/bloco) com brodifacoum 0,005% ou produto equivalente devidamente regularizado. Finalidade: permitir abordagem escalonada e tecnicamente adequada, garantindo maior assertividade operacional, previsibilidade de execução e mensuração objetiva por área tratada.

**SÍNTESE TÉCNICA:** o rol de itens foi deliberadamente organizado para assegurar que a Administração disponha de instrumentos contratuais capazes de atender tanto a rotinas preventivas quanto a intervenções específicas (forros, fauna sinantrópica e reservatórios), preservando a mensuração adequada (m²/unidades) e o alinhamento entre necessidade, técnica e controle da execução.

### 8.1.1 RELAÇÃO DE ITENS E LOTES

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANTIDADE
1	1	<b>SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL:</b> Desinsetização, Desratização, Controle e retirada de abelhas, Controle de Caramujos e demais insetos nocivos, bem como baratas, formigas, cupins, pulgas, carrapatos, traças, percevejos e escorpiões, todo e qualquer controle integrado de pragas.	M²	120166,10
2	2	<b>SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLOGICO:</b> Certificar que não há fio desencapado no local, abrir parte do telhado para desalojar possíveis animais existentes no interior do forro, aspirar, varrer e soprar a parte interna do forro e retirar os detritos sólidos recolhidos no interior do forro.	M²	74382,44
3	3	<b>SERVIÇO DE AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS EM AREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS:</b> vedação de vãos de acesso em forros de telhado, saídas de tubulações de serviço e outros espaços com estrutura de tela, tapumes ou argamassas conforme a característica do local; vedação das aberturas que dão acesso aos animais; emprego de sons para afugentar a espécie (choque de estruturas metálicas, sons miméticos de predadores); ou outros métodos presentes no mercado e que comprovadamente mais eficazes, desde que de acordo com as normas dos órgão ambientais.	M²	91628,04

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

4	4	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 1.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	152
	5	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 2.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	73
	6	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 3.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	59
	7	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 5.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	53
	8	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 6.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	32
	9	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 10.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	29
	10	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 30.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

	<b>11</b>	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 40.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12
	<b>12</b>	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 60.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12
	<b>13</b>	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização de raticida granulado e/ou parafinado (bloco), do grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, com ingrediente ativo brodifacoum a 0,005%, ou similar, para atendimento de <b>GRAU LEVE DE INFESTAÇÃO</b> .	M²	83360,44
<b>5</b>	<b>14</b>	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização de raticida granulado e/ou parafinado (bloco), do grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, com ingrediente ativo brodifacoum a 0,005%, ou similar, para atendimento de <b>GRAU MODERADO DE INFESTAÇÃO</b> .	M²	78564,72
	<b>15</b>	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização de raticida granulado e/ou parafinado (bloco), do grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, com ingrediente ativo brodifacoum a 0,005%, ou similar, para atendimento de <b>GRAU AVANÇADO DE INFESTAÇÃO</b> .	M²	83464,72

## 8.2 NORMAS TÉCNICAS

Para assegurar segurança sanitária, conformidade regulatória, controle ambiental e qualidade técnica na execução dos serviços de controle de pragas e atividades correlatas (incluindo higienização de reservatórios), a contratada deverá observar normas e referenciais aplicáveis, especialmente:

- **ANVISA – RDC nº 622/2022:** dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas em controle de vetores e pragas urbanas, estabelecendo requisitos de Boas Práticas Operacionais, licenças sanitária e ambiental (ou equivalentes), responsável técnico, Procedimento Operacional Padrão, além de diretrizes para execução segura e rastreável dos serviços.
- **ABNT NBR 15584-1 Controle de vetores e pragas urbanas (Terminologia):** padroniza a linguagem técnica e definições essenciais do setor, favorecendo uniformidade na especificação, fiscalização e documentação dos serviços.

- **ABNT NBR 15584-2 – Controle de vetores e pragas urbanas (Manejo Integrado):** estabelece princípios e diretrizes para manejo integrado, priorizando medidas preventivas, monitoramento e seleção de métodos com racionalidade técnica e ambiental.
- **ABNT NBR 15584-3 – Controle de vetores e pragas urbanas (Sistema de gestão da qualidade):** referência para requisitos particulares de gestão da qualidade aplicáveis a empresas controladoras de pragas, fortalecendo padronização, controle de processos e melhoria contínua.
- **ANVISA – Regularização/Registro de saneantes:** todos os produtos saneantes desinfestantes utilizados devem ser regularizados/registrados junto à Anvisa, compatíveis com a finalidade e aplicados conforme instruções do fabricante e boas práticas.
- **ABNT NBR 10156 – Limpeza e desinfecção de tubulações e reservatórios de água (Procedimento):** referência técnica para os procedimentos de limpeza e desinfecção de reservatórios e tubulações, aplicável como parâmetro de boas práticas para os itens de higienização de caixas d'água.

**CrITÉrios de conformidade (mínimos):** execução conforme BPO/POP, uso obrigatório de EPI, rastreabilidade (registro de métodos/produtos/áreas atendidas), controle de acesso e sinalização quando necessário, e compatibilidade das técnicas com normas sanitárias e ambientais, garantindo resultados efetivos, seguros e fiscalizáveis.

### 8.3 CERTIFICAÇÕES VOLUNTÁRIAS / GARANTIAS DE QUALIDADE

Para reforçar a confiabilidade técnica, a segurança sanitária e a padronização da execução dos serviços de controle de pragas (incluindo higienização de reservatórios e intervenções correlatas), recomenda-se que as licitantes, sempre que aplicável, apresentem certificações voluntárias e evidências objetivas de qualidade, sem prejuízo das exigências legais e regulatórias já previstas para o setor.

- **Certificações voluntárias:** Selos/certificados emitidos por entidades reconhecidas que demonstram maturidade de gestão e controle de processos, tais como:
  - **ISO 9001 (Gestão da Qualidade):** indica padronização de rotinas, controle de não conformidades e melhoria contínua.
  - **ISO 14001 (Gestão Ambiental):** reforça práticas de manejo, armazenamento e descarte ambientalmente adequados.
  - **ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional):** evidencia gestão de riscos, treinamento e proteção da equipe e do ambiente atendido.
  - Outros referenciais setoriais e programas de qualificação técnica/boas práticas (quando apresentados), desde que pertinentes ao objeto e verificáveis.
- **Garantias de qualidade e rastreabilidade (entregáveis mínimos recomendáveis):**
  - **Relatórios técnicos padronizados por atendimento,** com registro de áreas tratadas, pragas-alvo, método aplicado, produtos utilizados, dosagens e recomendações.
  - **Procedimentos Operacionais Padronizados (POP)** e evidência de treinamento da equipe.



- **Comprovação de controle de qualidade operacional**, como checklist de execução, calibração/manutenção de equipamentos quando pertinente e gestão de ocorrências.
- **Garantia técnica de reintervenção** (retorno corretivo) quando houver reincidência dentro de prazo razoável, quando compatível com a natureza do serviço e condições do local.

#### BENEFÍCIOS ESPERADOS:

Maior segurança e previsibilidade na execução dos serviços, bem como a redução de custos indiretos com reincidências, retrabalho e paralisações, gerando também maior padronização e facilidade de fiscalização, com evidências documentais robustas.

### 8.4 ANÁLISE DO CICLO DE VIDA

Por se tratar de serviço contínuo, o ciclo de vida do objeto é naturalmente mais simples do que o de bens permanentes: ele não se estrutura pela “vida útil do produto”, mas pela cadeia de execução e resultados ao longo da vigência contratual. Assim, a Análise do Ciclo de Vida (ACV) do controle de pragas, aplicada ao contexto do Município de Castanhal/PA, consiste em examinar, de forma objetiva, como o serviço é planejado, executado, verificado e ajustado, assegurando efetividade sanitária, segurança e racionalidade do gasto público.

Algumas etapas são essenciais no ciclo do serviço, entre elas, o Planejamento técnico e preparação operacional; a execução programada e intervenções especializadas; a verificação de desempenho e rastreabilidade; ajustes, atendimento corretivo e prevenção de reincidência; o encerramento de cada visita e a conformidade sanitária/ambiental.

Em síntese, no caso do controle de pragas, por ser serviço, a ACV se traduz em um ciclo contínuo e objetivo: planejar bem, executar com método, registrar com robustez e ajustar com rapidez, assegurando desempenho consistente durante toda a vigência contratual.

### 8.5 ORIENTAÇÕES PARA O SERVIÇO

Por se tratar de serviço de controle de pragas e correlatos, a efetividade depende de execução padronizada, segurança operacional e cooperação das unidades atendidas. Assim, devem ser observadas as seguintes diretrizes essenciais:

- **Acesso e preparo das áreas:** Garantir acesso às áreas críticas (forros, depósitos, copas/cozinhas, almoxarifados, áreas externas e caixas d’água) e informar previamente situações relevantes (obras, infiltrações, acúmulo de resíduos, focos recorrentes), indicando responsável local para acompanhamento.
- **Segurança durante a execução:** Respeitar isolamento/sinalização quando necessário e seguir as orientações da contratada sobre ventilação, tempo de reentrada e restrições de uso do ambiente, evitando intervenções improvisadas por servidores.

ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

- **Preservação do efeito do serviço:** Evitar limpeza/lavagem imediata de áreas tratadas quando houver aplicação e não remover porta-iscas, armadilhas ou dispositivos de monitoramento, pois compromete a eficácia e a rastreabilidade.

**Cuidados mínimos por item:**

- Forros (Item 2): manter fechamento/vedações e impedir acesso indevido após a limpeza.
- Morcegos/pombos (Item 3): preservar vedações instaladas (telas, tapumes, argamassa etc.).
- Caixas d'água (Itens 4 a 12): manter tampas íntegras e bem vedadas após a higienização.

Por fim, reitera-se que manter registro básico de ocorrências por unidade (praga, local, data e reincidência) para subsidiar atendimentos extras e ajustes de rotina. Essas orientações reduzem reincidências, evitam retrabalho e fortalecem a eficiência da contratação

## 8.6 PESQUISA DE MERCADO

A pesquisa mercadológica constitui etapa indispensável da fase preparatória, nos termos da Lei nº 14.133/2021, destinando-se a comprovar a disponibilidade do objeto no mercado, subsidiar a estimativa de preços e fortalecer a demonstração de vantajosidade e exequibilidade da futura contratação.

Com a finalidade de aferir a consistência do mercado fornecedor e privilegiar, sempre que possível, a participação de agentes econômicos locais, foi realizada pesquisa mercadológica no Município de Castanhal/PA, importante polo regional. O levantamento buscou identificar empresas regularmente constituídas e em situação cadastral ativa que atuem no segmento de controle de pragas e serviços correlatos, permitindo avaliar a existência de oferta local, bem como sua capacidade de atendimento ao escopo pretendido.

EMPRESA	CNPJ	SITUAÇÃO	PORTE	ENDEREÇO
TECNOPRAG LTDA	05.103.083/0001-68	ATIVA	Microempresa (ME)	Alameda Rubal, 390, Saudade II, Castanhal-PA, CEP 68740-250
CONTROL SAÚDE AMBIENTAL LTDA (Controflex)	23.942.474/0001-58	ATIVA	Microempresa (ME)	Av. A 13, Cond. Jardim Castanhal I, Qd. 21, Lt. 13, Castanhal-PA, CEP 68745-000
FOCUS SAÚDE AMBIENTAL LTDA	21.892.673/0001-73	ATIVA	Microempresa (ME)	Tv. Quintino Bocaiuva, 1242, Pirapora, Castanhal-PA, CEP 68740-020
CASTPRAG-Castanhal Controle de Pragas	41.025.919/0001-17	ATIVA	ME (Microempresa)	Rua XIII, 2, Fonte Boa, Castanhal-PA (CEP 68742-862)
D. K. S. GALENO (Dedetizadora Maria)	03.616.928/0001-93	ATIVA	ME (Microempresa)	R Euzebio Foreliza, Nº 1587, Centro, Castanhal-PA (CEP 68.745-410).

Todavia, embora tenham sido identificadas empresas sediadas no município, verificou-se que o quantitativo de fornecedores locais é limitado frente à amplitude do objeto e ao volume de atendimento estimado (múltiplas unidades e demandas diversificadas). Essa constatação indica que a contratação, para

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

assegurar competitividade efetiva, economicidade e mitigação de risco de descontinuidade, deve considerar o mercado em perspectiva mais abrangente.

Diante disso, adota-se como diretriz a priorização regional, ampliando a pesquisa e o universo competitivo para municípios do entorno e para a região metropolitana e demais polos próximos. Essa medida fortalece a competitividade do certame, amplia a possibilidade de obtenção de proposta mais vantajosa e preserva a racionalidade do planejamento, mantendo alinhamento com os princípios da eficiência, isonomia, economicidade e seleção da proposta apta e exequível.

<b>Município/UF</b>	<b>Empresa</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Situação</b>	<b>Porte</b>
Belém/PA	Ecoprag Combate e Controle de Pragas Urbanas LTDA (Truly Nolen)	83.382.846/0001-60	ATIVA	ME
Belém/PA	NOPRAGAS CONTROLE AMBIENTAL LTDA	05.972.711/0001-41	ATIVA	EPP
Belém/PA	Ecoservice Dedetização e Serviços LTDA	06.345.470/0001-73	ATIVA	ME
Belém/PA	B E S Serviços Ambientais LTDA (Desinset)	12.227.725/0001-04	ATIVA	ME
Ananindeua/PA	Commander Controle de Pragas Urbanas	41.371.254/0001-01	ATIVA	ME
Ananindeua/PA	DDTEX Serviços de Dedetização LTDA (DDTEX Controle de Pragas)	30.451.820/0001-60	ATIVA	ME
Ananindeua/PA	Imuniza Controle de Pragas e Higienização de Reservatório LTDA	29.444.009/0001-73	ATIVA	EPP
Marituba/PA	Bio Control Ambiental Serviços LTDA	25.151.802/0001-23	ATIVA	EPP
Marituba/PA	Xingu Serviços e Soluções Ambientais LTDA	23.259.429/0001-01	ATIVA	ME
Benevides/PA	Campana Soluções e Serviços Ambientais LTDA	30.995.337/0001-47	ATIVA	ME
Benevides/PA	Imunização e Controle de Pragas Urbanas LTDA	53.241.112/0001-09	ATIVA	EPP
Barcarena/PA	Vetor Prag (A S de Oliveira Serviços)	00.995.582/0001-93	ATIVA	DEMAIS
Barcarena/PA	Caripy Serviços de Dedetização (C. H. da Silva)	18.242.229/0001-06	ATIVA	ME
Barcarena/PA	Amazônica Fumigações e Serviços Marítimos LTDA (Amazon Fumigations)	19.950.132/0001-02	ATIVA	DEMAIS

Considerando que o objeto consiste em serviço continuado, com necessidade de atendimentos programados e eventuais chamados corretivos, a Administração adotará como diretriz de prioridade regional a prospecção e a comparação de fornecedores no âmbito da Região Metropolitana de Belém (RMB), por se tratar do recorte que oferece a melhor combinação entre capacidade de resposta, viabilidade logística, redução

de custos indiretos de deslocamento e maior densidade de mercado, preservando a regularidade e a eficiência da execução contratual.

Ressalta-se que essa diretriz não implica restrição à participação, tampouco configura limitação territorial do certame. Trata-se de parâmetro metodológico de pesquisa mercadológica, adotado para potencializar o benefício regional, estimulando, nos limites e condições admitidos pela legislação aplicável, a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) sediadas na área de influência direta do Município, conciliando competitividade, economicidade, eficiência e fomento ao desenvolvimento econômico regional, sem prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa e exequível.

Para fins desta diretriz, considera-se a Região Metropolitana de Belém composta pelos municípios de: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena.

## 8.7 ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

A presente pesquisa de preços tem por finalidade atender às disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, servindo de base para a contratação de serviço de controle de pragas. Visa assegurar a transparência, a competitividade e a economicidade na aplicação dos recursos públicos, atendendo às necessidades da Administração Pública.

**Equipe Responsável pela Pesquisa:** Representado pelo Sr. Erick Santa Brígida Corra, Matrícula nº309374-3, Fone: (91) 98510-8809. Esse servidor foi designado devido sua expertise na área de cotação de preço, o que contribuiu para a avaliação adequada das informações coletadas e para a seleção das fontes mais relevantes na pesquisa.

**METODOLOGIA DE PESQUISA:** Adotamos uma metodologia criteriosa para a pesquisa de preços, que consistiu na aplicação do parâmetro previsto no art. 5º da Instrução Normativa citada acima, que tem como base contratações similares feitas pela Administração Pública, a fim de obter informações abrangentes e representativas. Levando em consideração a Instrução Normativa citada, que estabelece diretrizes específicas para aquisições no âmbito público, sendo utilizado como instrumento para a pesquisa o BANCO DE PREÇOS (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) o qual conta com uma base de dados com milhões de preços de todos os tipos de objetos e serviços. Além de preços de licitações, é possível consultar preços de tabelas de referência, preços de sites de domínio amplo, preços de notas fiscais eletrônicas e de cotações diretas com fornecedores, proporcionando assim a formação de uma ampla cesta de preços diversificada e atendendo as orientações do TCU e demais normas vigentes, proporcionar segurança e celeridade nas cotações de preços públicos.

**Valores Praticados em Licitações Anteriores por este órgão público:** Neste processo, não foram utilizadas referências de valores praticados em licitações anteriores, tendo em vista que o processo mais recente identificado é o de nº 081/2023. No entanto, os itens constantes naquele processo apresentam algumas descrições e valores distintos dos itens atualmente licitados, o que impossibilita uma comparação de preços válida para fins de estimativa neste certame.



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

**Valores Praticados em Licitações Anteriores de outros órgãos públicos:** Não usamos como parâmetro, valores praticados em licitações realizadas por outros órgãos para o mesmo objeto em questão.

**BANCO DE PREÇOS,** <https://www.bancodeprecos.com.br>, pesquisa realizada em 17/10/2025 a 22/10/2025, gerado dia 17/12/2025.

**Cotação Direta com Fornecedores:** A pesquisa direta com fornecedores, conforme o disposto no inciso IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, foi conduzida considerando-se a logística necessária para o atendimento ao objeto deste processo, bem como as condições de execução no município de Castanhal/PA. Nesse contexto, optou-se pela obtenção de cotações diretamente junto aos fornecedores, medida que proporcionou maior precisão nas estimativas de preços e melhor representatividade dos valores de mercado. O Setor de Cotação iniciou o levantamento com o propósito de evitar eventuais distorções, disparidades de valores ou preços inexequíveis, buscando assegurar que as estimativas refletissem, com o máximo de fidedignidade, a realidade mercadológica local.

Para tanto, foi adotado o procedimento de consulta formal aos fornecedores, em estrita observância às disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 65/2021.

A pesquisa direta foi realizada junto a três (03) empresas, sendo duas localizadas na região do Estado do Pará e uma no Estado do Amapá. As duas primeiras empresas já participaram de processos administrativos anteriores com este Município, demonstrando pleno conhecimento das peculiaridades locais. Ressalta-se, ainda, que todas as empresas consultadas são reconhecidas pela qualidade e confiabilidade na prestação de seus serviços, o que confere robustez e legitimidade às informações obtidas no presente levantamento de preços.

➤ Empresas que solicitamos cotação e responderam com a cotação via e-mail:

**SUPER NOKALT SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA**, CNPJ: 12.228.943/0001-55, datada de 22/10/2025

**FOCUS SAUDE AMBIENTAL LTDA**, CNPJ: 21.892.673/0001-73, datada de 20/10/2025

**M ANTONIO DE SOUSA LTDA**, CNPJ: 04.785.168/0001-00, datada de 21/10/25;

**Método Matemático Aplicado:** Neste processo, de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa Nº 65/2021, utilizamos o método da média saneada dos preços obtidos (TCU) para calcular o preço estimado por item. Isso foi aplicado a um conjunto de no mínimo 03 preços, garantindo robustez à estimativa e considerando uma variabilidade representativa das informações.

**JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DA MÉDIA** -A escolha da média aritmética como referência para a pesquisa de preços nesta licitação fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente nos princípios previstos nos arts. 5º e 7º, que asseguram a legalidade, a correta aplicação dos recursos públicos e a



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

equidade nos processos de contratação, bem como na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que orienta a formação de preços e pesquisas de mercado no âmbito da Administração Pública.

A média foi adotada considerando que os preços coletados apresentam distribuição homogênea e coeficiente de variação inferior a 25%, garantindo que este indicador reflita com precisão a tendência central dos valores, após a exclusão de preços excessivamente altos ou inviáveis, que poderiam distorcer a análise. Tal procedimento assegura que a pesquisa de preços seja representativa e equilibrada, proporcionando decisões fundamentadas em dados consistentes e confiáveis.

O uso da média permite considerar todos os valores válidos coletados, oferecendo uma visão abrangente e realista do mercado, o que contribui para que o processo licitatório seja conduzido de maneira justa e racional, atendendo aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a adoção da média como referência está alinhada às melhores práticas de gestão pública, promovendo objetividade e segurança na definição dos valores de referência, reduzindo riscos de arbitrariedade e fortalecendo a confiabilidade na seleção das propostas. Esta metodologia contribui para a eficácia das contratações, equilíbrio competitivo entre os fornecedores e para a correta utilização dos recursos públicos, reafirmando o compromisso da Administração com a legalidade, a moralidade e a probidade administrativa, pilares da legislação vigente.

**VALORES DE REFERÊNCIA ENCONTRADOS** Com base na pesquisa realizada e nas metodologias aplicadas, foram obtidos os valores de referência estimados para o item em questão. Ressaltamos que esses valores representam uma referência para a contratação e não devem ser interpretados como valores máximos aceitáveis. A Administração Pública busca sempre a obtenção do melhor custo-benefício, pautado na transparência e no respeito aos princípios da legalidade e eficiência.

**MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS** Após pesquisa de preço, foi constatado que o valor médio estimado para a futura aquisição é de **R\$ 3.152.832,51 (três milhões cento e cinquenta e dois mil oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos)**. As comprovações das pesquisas de preços que resultaram nos valores unitários referenciais estimados de cada item se encontram inseridas nos autos do processo, junto ao mapa de preço e relatório onde constam mais detalhes.

Os comprovantes das pesquisas de preços coletadas integram este processo como documento anexo, em formato PDF.

**OCORRÊNCIAS DO PROCESSO** - Em razão de divergências identificadas nos valores totais das três propostas, os quais não correspondiam corretamente ao resultado do cálculo entre as quantidades e os valores unitários apresentados, serão considerados apenas os valores unitários para fins de análise. Essa medida visa assegurar maior precisão, coerência e conformidade na comparação entre as propostas, respeitando os critérios estabelecidos. Ademais, considerando o despacho encaminhado para o setor de cotação pela servidora Isabela



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

Carvalho P. Costa na presente data, 17/12/2025, cujo despacho informa que houve alteração nos quantitativos inicialmente previstos em todos os itens, por esse motivo iremos considerar as mesmas propostas encaminhadas pelos fornecedores e utilizaremos apenas o valor unitário das mesmas para a média de preço.

**CONCLUSÃO** A pesquisa de preços foi conduzida de maneira meticulosa, respeitando as diretrizes legais e considerando a realidade logística do município de Castanhal/PA. A escolha da média foi embasada em análises estatísticas, visando garantir estimativas confiáveis e alinhadas às variações dos preços coletados.

Reiteramos nosso compromisso em conduzir as aquisições de forma transparente, eficiente e fundamentada em práticas sólidas, visando o melhor interesse da Administração Pública e o uso responsável dos recursos.

Declaramos que foi feita análise crítica dos preços coletados. Assim, buscou-se, dentro do conhecimento do material/serviço a ser adquirido/contratado, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

Segue em anexo mapa de cotação detalhando os itens por metodologia de cálculo adotado e demais documentos que fazem parte de avaliação dos preços.

#### 8.7.1 VALOR POR ITEM/LOTE

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANTIDADE	VALOR POR ITEM	VALOR POR LOTE
1	01	<b>SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL:</b> Desinsetização, Desratização, Controle e retirada de abelhas, Controle de Caramujos e demais insetos nocivos, bem como baratas, formigas, cupins, pulgas, carrapatos, traças, percevejos e escorpiões, todo e qualquer controle integrado de pragas.	M²	120166,10	R\$442.211,25	R\$442.211,25
2	02	<b>SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLÓGICO:</b> Certificar que não há fio desencapado no local, abrir parte do telhado para desalojar possíveis animais existentes no interior do forro, aspirar, varrer e soprar a parte interna do forro e retirar os detritos sólidos recolhidos no interior do forro.	M²	74382,44	R\$716.302,90	R\$716.302,90
3	03	<b>SERVIÇO DE AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS:</b> vedação de vãos de acesso em forros de telhado, saídas de tubulações de serviço e outros espaços com estrutura de tela, tapumes ou argamassas conforme a característica do local; vedação das aberturas que dão acesso aos animais; emprego de sons para afugentar a espécie (choque de estruturas metálicas, sons miméticos de predadores); ou outros métodos presentes no mercado e que comprovadamente mais eficazes, desde que de acordo com as normas dos órgão ambientais.	M²	91628,04	R\$830.150,04	R\$830.150,04

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

4	04	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 1.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	152	R\$ 85.120,00	R\$494.360,29
	05	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 2.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	73	R\$ 38.325,00	
	06	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 3.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	59	R\$ 66.375,00	
	07	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 5.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	53	R\$ 55.010,29	
	08	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 6.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não	UNIDADES	32	R\$ 38.720,00	

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

	deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.			
09	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 10.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	29	R\$ 44.370,00
10	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 30.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12	R\$ 44.880,00
11	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 40.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12	R\$ 56.160,00
12	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 60.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e	UNIDADES	12	R\$ 65.400,00

**ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

		abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.				
5	13	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização de raticida granulado e/ou parafinado (bloco), do grupo químico: anticoagulante derivado da hidroxycumarina, com ingrediente ativo brodifacoum a 0,005%, ou similar, para atendimento de <b>GRAU LEVE DE INFESTAÇÃO</b> .	M²	83360,44	R\$234.242,84	R\$669.808,03
	14	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização de raticida granulado e/ou parafinado (bloco), do grupo químico: anticoagulante derivado da hidroxycumarina, com ingrediente ativo brodifacoum a 0,005%, ou similar, para atendimento de <b>GRAU MODERADO DE INFESTAÇÃO</b> .	M²	78564,72	R\$216.052,98	
	15	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização de raticida granulado e/ou parafinado (bloco), do grupo químico: anticoagulante derivado da hidroxycumarina, com ingrediente ativo brodifacoum a 0,005%, ou similar, para atendimento de <b>GRAU AVANÇADO DE INFESTAÇÃO</b> .	M²	83464,72	R\$219.512,21	

## 8.7.2 VALOR POR SECRETARIA

SECRETARIAS	VALOR POR SECRETARIA	RELEVANCIA
SEMAD	R\$ 5.312,00	0,07%
SEFIN	R\$ 10.240,00	0,14%
SEMADA	R\$ 19.754,72	0,27%
SINFRA	R\$ 692.477,20	16,94%
SEHAB	R\$ 3.934,19	0,05%
SEMMA	R\$ 4.629,53	0,06%
SEMAS	R\$ 319.767,67	4,34%
SEMUTRAN	R\$ 25.830,76	0,35%

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

SEMED	R\$ 1.574.624,65	67,60%
SEMEL	R\$ 168.740,00	4,38%
SEMOB	R\$ 277.986,79	5,12%
SEPLAGE/SUPRI	R\$ 2.076,80	0,03%
SUB-JADERLANDIA	R\$ 9.267,20	0,13%
SEMICS	R\$ 38.191,00	0,52%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.152.832,51</b>	<b>100%</b>

## 8.8 MODALIDADE E SOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A escolha da modalidade adotada justifica-se pela busca de maior eficiência na execução, bem como pela possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Ressalta-se, ainda, a vantagem de permitir que os licitantes possam oferecer lances sucessivos e reduzir os preços durante o próprio processo, favorecendo a economicidade e a competitividade, uma vez que o objeto em questão possui ampla oferta no mercado, sendo regularmente contratado por diversos órgãos e entidades públicas, o que demonstra que não se trata de uma demanda exclusiva ou de difícil acesso comercial.

**Considerando** os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado

**Obs.:** O objeto demandado possui contratações similares por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado, conforme item 6 deste Estudo Técnico;

### **Solução 01: Contratar no mercado local, preferencialmente, através de dispensa de licitação para execução parcelada conforme empenhos expedidos pela Secretaria demandante**

#### **Análise:**

A adoção da modalidade de dispensa de licitação mostra-se inviável para esta aquisição, tendo em vista que o valor global da contratação, bem como a necessidade de assegurar ampla concorrência, não atendem aos requisitos legais para essa exceção. Nos termos da legislação vigente, contratações de maior vulto ou que envolvam objetos de natureza especializada exigem a realização de procedimento licitatório, com o objetivo de garantir a competitividade, a isonomia entre os participantes e a transparência na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. A ausência de ampla concorrência, princípio basilar do regime licitatório, inviabiliza o enquadramento desta contratação nas hipóteses legais de dispensa, conforme previsto na legislação pertinente.

### **Solução 02: Realizar Licitação Própria através de Pregão Eletrônico.**

#### **Análise:**

A adoção do pregão eletrônico configura-se como a solução mais vantajosa para a presente contratação. Trata-se de uma modalidade que promove a ampla concorrência, permitindo a participação de um número maior de fornecedores, o que contribui para a obtenção de melhores condições comerciais e maior eficiência no processo. Além de assegurar a transparência e a legalidade do procedimento, o pregão eletrônico é especialmente indicado para contratações de natureza recorrente — sejam elas semanais, mensais ou anuais — por sua agilidade e compatibilidade com esse tipo de demanda. Essa modalidade não apenas atende aos requisitos legais e administrativos, como também favorece a economicidade e a otimização dos recursos públicos, viabilizando a seleção da proposta mais vantajosa sob a ótica do custo-benefício.

### **Solução 03: Adesão a ata de outros órgãos públicos**

**Análise:**

Embora legalmente permitida, essa alternativa pode não atender às especificidades técnicas e operacionais requeridas pela Prefeitura Municipal de Castanhal neste momento, especialmente quanto a necessidades e prazos de execução. Além disso, as fornecedoras listadas nas atas podem não garantir o cumprimento dessas exigências, o que aumenta o risco de inadequação e compromete a eficácia da contratação.

### 8.8.1 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação será realizada com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina as modalidades de licitação e os procedimentos auxiliares aplicáveis às contratações públicas. No presente caso, destaca-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto na referida Lei, como ferramenta estratégica que assegura maior flexibilidade, eficiência, segurança, garantia de preço justo, eficiência, planejamento e economicidade às aquisições públicas.

A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se, principalmente, pela necessidade de realização de execuções parceladas (quando for o caso), conforme ordem de serviço, permitindo que a Administração adquira os serviços de forma gradual, à medida em que se concretiza a demanda.

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023, a Administração Pública poderá adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação futura de bens e serviços comuns, sempre que a natureza do objeto ou a dinâmica de consumo assim recomendarem.

A opção pela utilização do SRP justifica-se em razão das seguintes vantagens técnicas, econômicas e operacionais:

→ **Agilidade e eficiência na execução orçamentária**

Como as condições já estão previamente licitadas e registradas, as contratações futuras são mais céleres, permitindo resposta imediata às demandas das secretarias municipais, sem necessidade de instauração de novos processos licitatórios.

→ **Maior competitividade e economicidade**

O SRP estimula a ampla participação de fornecedores, resultando em melhores preços e condições contratuais. Além disso, possibilita a contratação de quantitativos superiores aos inicialmente previstos, quando houver disponibilidade orçamentária e interesse público justificado.

→ **Flexibilidade e planejamento anual**

A ata de registro de preços, com validade de até 12 (doze) meses, permite planejamento estratégico das contratações públicas, adaptando-se às variações de consumo e às condições de mercado ao longo do exercício financeiro.

→ **Possibilidade de adesão por outros órgãos**

O modelo favorece a cooperação interadministrativa, permitindo que outros entes federativos utilizem a ata, mediante autorização do órgão gerenciador, conforme o §3º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior eficiência no uso dos recursos públicos.



→ **Segurança jurídica e transparência**

O procedimento do SRP observa todas as etapas legais, desde o Estudo Técnico Preliminar até a homologação e publicação da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), garantindo ampla publicidade e controle social.

Dessa forma, considerando as características do objeto e o interesse da Administração em promover contratações mais econômicas, ágeis e planejadas, adota-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) como a forma mais adequada para a contratação pretendida, em conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Instrução Normativa SEGES/MGI nº 53/2023.

### 8.8.2 FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas no âmbito municipal.

### 8.9 TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

A presente licitação será processada sob o tipo menor preço por lote, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, adotando-se critério objetivo e mensurável para seleção da proposta mais vantajosa.

No caso em tela, os serviços foram estruturados em lotes por afinidade técnica e operacional, reunindo itens que demandam a mesma lógica de execução, mobilização de equipe/equipamentos, gestão de insumos e padrão de fiscalização, tais como: (i) controle integrado de pragas, (ii) limpeza de forro e controle microbiológico, (iii) afugentamento de morcegos e pombos, (iv) higienização de caixas d'água por capacidade e (v) desratização segmentada por grau de infestação. Essa modelagem por lote é adequada porque:

- **Assegura integração e padronização** da execução, evitando fragmentação indevida do serviço e conflitos de responsabilidade entre prestadores em um mesmo ambiente;
- **Favorece a eficiência logística e operacional**, reduzindo deslocamentos repetidos e permitindo melhor planejamento de rotas e cronogramas;
- **Mitiga riscos de descontinuidade e falhas de interface**, especialmente em atividades correlatas (ex.: forros, vedação/afugentamento e controle de pragas em áreas internas/externas);
- **Preserva competitividade com racionalidade**, pois os lotes foram organizados de modo a refletir conjuntos executáveis pelo mercado, com critérios claros de medição (m<sup>2</sup>/unidades) e fiscalização;
- **Aumenta a exequibilidade**, reduzindo subsídios cruzados artificiais entre itens e garantindo coerência econômica entre custos fixos de mobilização e a remuneração do lote.

Dessa forma, o critério “menor preço por lote” revela-se o mais apropriado ao objeto, por conciliar simplicidade procedimental, segurança jurídica, controle da execução e economicidade, sem prejuízo da qualidade técnica e das exigências regulatórias aplicáveis à prestação dos serviços.

## **9. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

A seguir, descrevem-se os requisitos mínimos para a execução do serviço de controle de pragas e correlatos, garantindo segurança, efetividade e rastreabilidade:

- Prazos de atendimento:** execução conforme cronograma aprovado e atendimento corretivo/extra quando acionado, dentro do prazo definido no Termo de Referência, admitindo prorrogação apenas mediante justificativa aceita pela Administração.
- Qualidade do serviço:** realização com técnicas adequadas à praga-alvo e ao ambiente, assegurando efetividade e conformidade com as especificações (medição por m<sup>2</sup> e por unidades, conforme os itens).
- Responsabilidade da contratada:** disponibilização de equipe, equipamentos, insumos, EPIs e sinalização necessários, sem custos adicionais, com mínima interferência na rotina das unidades.
- Conformidade sanitária e ambiental:** atendimento às normas e exigências vigentes para controle de pragas, inclusive para manejo/afugentamento de fauna quando aplicável.
- Relatório e rastreabilidade:** emissão de relatório por atendimento, registrando local/área, serviço executado, método, produtos utilizados (lote/validade) e orientações pós-serviço, com identificação do responsável técnico.
- Segurança e orientações pós-serviço:** orientação sobre tempo de reentrada, ventilação e cuidados após a execução, com isolamento/sinalização quando necessário.

### **9.1 DA VEDAÇÃO SUBCONTRATAÇÃO**



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

A vedação à subcontratação na execução dos serviços de controle de pragas e correlatos, admitida apenas para atividades acessórias estritamente operacionais previamente autorizadas (quando cabível), constitui medida que concretiza os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica nas contratações públicas. Ao manter a contratada principal como responsável direta pela prestação, incluindo equipe, métodos, equipamentos, produtos utilizados, relatórios e orientações pós-serviço, assegura-se maior controle sobre a qualidade técnica, a conformidade sanitária e ambiental e a rastreabilidade das intervenções, mitigando riscos de execução irregular, falhas de fiscalização e responsabilização difusa que possam comprometer a efetividade do serviço e a continuidade do atendimento às unidades públicas.

## 9.2 RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- a) **Execução dos serviços conforme o Termo de Referência:** Executar os serviços de controle de pragas e correlatos em estrita conformidade com as especificações técnicas e itens contratados (medição por m<sup>2</sup> e/ou unidades), garantindo a efetividade das ações preventivas e corretivas; Cumprir o cronograma aprovado pela Administração e realizar atendimentos extraordinários quando demandados, nos prazos definidos no edital/contrato.
- b) **Qualidade técnica, segurança e conformidade regulatória:** Empregar técnicas, equipamentos e procedimentos adequados ao ambiente e à praga-alvo, observando as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, com atuação sob responsabilidade técnica quando exigível; utilizar apenas produtos regularizados/permitidos, aplicados conforme orientações do fabricante e boas práticas, assegurando a proteção de servidores, usuários e do patrimônio público.
- c) **Mobilização, insumos e logística operacional:** Disponibilizar equipe capacitada, EPIs, equipamentos, sinalização e todos os insumos necessários à execução, sem custos adicionais; responsabilizar-se pelo transporte, manuseio, armazenamento temporário e acondicionamento seguro de produtos e equipamentos durante a execução nas unidades atendidas.
- d) **Relatórios, rastreabilidade e suporte à fiscalização:** Emitir relatório por atendimento/visita, contendo no mínimo: local/área atendida, serviço executado, praga-alvo, método empregado, produtos utilizados (incluindo lote/validade), data/hora e orientações pós-serviço; prestar esclarecimentos e fornecer documentos técnicos quando solicitados (ex.: POPs, fichas técnicas/FISPQ, registros e evidências de execução), garantindo transparência e rastreabilidade.
- e) **Regularidade, obrigações trabalhistas e responsabilidade civil:** Manter regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual, cumprindo integralmente a legislação aplicável aos seus empregados; responder por danos causados a terceiros ou ao patrimônio público decorrentes da execução dos serviços, inclusive por falhas operacionais, uso inadequado de insumos ou condutas da equipe.

f) **Gestão ambiental e destinação adequada de resíduos:** Adotar práticas de uso racional de insumos, evitando desperdícios e reduzindo impactos ambientais; providenciar destinação ambientalmente adequada de embalagens, resíduos e materiais resultantes das atividades executadas, em conformidade com a legislação vigente e com as orientações dos órgãos competentes.

### 9.3 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual exigida pela Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes da formalização do contrato relativo à prestação de serviços de controle de pragas e correlatos:

- a) **Designação formal do gestor e fiscais do contrato:** Designar, por ato formal, gestor do contrato e fiscal(is) técnico(s) (com substitutos), com atribuições claramente definidas, antes da assinatura contratual.
- b) **Preparação da fiscalização para o objeto (rotinas e evidências):** Assegurar que os designados compreendam a dinâmica do serviço (cronograma, medição por m<sup>2</sup>/unidades, chamados corretivos) e utilizem instrumentos de controle, tais como: checklist de verificação por visita/atendimento; conferência de relatórios técnicos e registros (área atendida, método e produtos); registro de ocorrências e validação de prazos de resposta; quando necessário, registro fotográfico e relatórios de inspeção.
- c) **Revisão final do Termo de Referência (escopo e mensuração):** Revisar o TR para garantir: adequação dos itens e unidades de medida (m<sup>2</sup> e unidades) aos ambientes atendidos; definição do cronograma e dos prazos para atendimentos extraordinários; critérios de aceite do serviço, padrão mínimo de relatório e responsabilidades pós-serviço; previsão de obrigações técnicas (equipe, EPIs, sinalização, equipamentos e insumos).
- d) **Verificação de regularidade e habilitação técnica mínima:** Conferir, previamente à contratação, a documentação essencial da empresa (situação cadastral ativa, regularidade fiscal/trabalhista e licenças/autorizações exigíveis ao exercício da atividade, bem como responsável técnico quando aplicável), para reduzir risco de execução irregular.
- e) **Adequação orçamentária e empenho:** Confirmar a compatibilidade com dotação orçamentária e a existência de empenho prévio, conforme legislação aplicável.
- f) **Minuta contratual e análise jurídica:** Consolidar a minuta contratual alinhada ao edital/TR, submetendo-a à análise jurídica prévia obrigatória, assegurando clareza sobre: medição e pagamento, prazos, penalidades, chamados corretivos, fiscalização e aceite.

g) **Planejamento operacional de execução nas unidades:** Planejar, com antecedência: mapeamento de unidades/locais e responsáveis de cada ponto de atendimento; regras de acesso, horários e condicionantes (áreas sensíveis, caixas d'água, forros); fluxo de abertura de chamados e comunicação com a contratada; logística de acompanhamento do fiscal nas primeiras execuções para padronizar o procedimento.

## **10 DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

**a. Comprovação de aptidão técnica:** Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.

a.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.3. A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.

a.4. Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;

a.5. Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021.

### **10.1 SEGMENTO DE RELEVÂNCIA**

Nos termos do art. 67, inciso II, §1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação, cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

No presente certame, considerando a modelagem por lotes, a aferição da capacidade técnica será estruturada por segmentos correspondentes a cada lote, de modo a refletir a natureza e a criticidade de cada conjunto de serviços, bem como sua representatividade econômico-operacional no processo, verifica-se que todos os lotes

ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

desta contratação superam o referido patamar de 4% do valor global estimado, motivo pelo qual podem ser enquadrados como parcelas de valor significativo.

Assim, será exigida comprovação de experiência compatível nos seguintes segmentos:

- **Segmento 1** - Lote 1 – Controle integrado de pragas (Dedetização em geral).  
(Item 01 – 120.166,10 m<sup>2</sup> – R\$ 442.211,25)
- **Segmento 2** - Lote 2 – Limpeza de forro e controle microbiológico.  
(Item 02 – 74.382,44 m<sup>2</sup> – R\$ 716.302,90)
- **Segmento 3** - Lote 3 – Afugentamento de morcegos e pombos  
(Item 03 – 91.628,04 m<sup>2</sup> – R\$ 830.150,04)
- **Segmento 4** - Lote 4 – Higienização de caixas d'água  
(Itens 04 a 12 – 434 unidades – R\$ 494.360,29)
- **Segmento 5** - Lote 5 – Desratização por grau de infestação  
(Itens 13 a 15 – 245.389,88 m<sup>2</sup> – R\$ 669.808,03)

A exigência por segmentos/lotes se justifica por tratar-se de serviços tecnicamente sensíveis, que demandam método, mobilização, segurança e controle operacional compatíveis, com impacto direto na continuidade e na efetividade sanitária do atendimento. A medida busca mitigar riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e baixa performance, assegurando que o futuro contratado detenha experiência comprovada nas parcelas mais relevantes do objeto.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

## 10.2 REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO

Com o intuito de organizar e conferir maior clareza ao processo de contratação, os serviços de controle de pragas e atividades correlatas foram estruturados em segmentos (lotes), conforme suas características técnicas, métodos de execução e forma de mensuração (m<sup>2</sup> e unidades).

Essa segmentação permite agrupar prestações de natureza semelhante, racionalizando a execução (mobilização de equipe, equipamentos e insumos), facilitando o planejamento operacional, o controle de medições e a fiscalização contratual. Além disso, assegura que cada conjunto de serviços receba tratamento adequado quanto às exigências sanitárias, segurança operacional e resultados esperados.

A seguir, apresenta-se a planilha organizada por segmentos, na qual os itens foram distribuídos conforme sua natureza e aplicação. Essa sistematização proporciona visão mais clara do escopo contratado, assegurando maior eficiência no planejamento, na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

LOTE/ SEGMENTO	ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANTIDADE
1	1	<b>SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL:</b> Desinsetização, Desratização, Controle e retirada de abelhas, Controle de Caramujos e demais insetos nocivos, bem como baratas, formigas, cupins, pulgas, carrapatos, traças, percevejos e escorpiões, todo e qualquer controle integrado de pragas.	M²	120166,10
2	2	<b>SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLÓGICO:</b> Certificar que não há fio desencapado no local, abrir parte do telhado para desalojar possíveis animais existentes no interior do forro, aspirar, varrer e soprar a parte interna do forro e retirar os detritos sólidos recolhidos no interior do forro.	M²	74382,44
3	3	<b>SERVIÇO DE AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS:</b> vedação de vãos de acesso em forros de telhado, saídas de tubulações de serviço e outros espaços com estrutura de tela, tapumes ou argamassas conforme a característica do local; vedação das aberturas que dão acesso aos animais; emprego de sons para afugentar a espécie (choque de estruturas metálicas, sons miméticos de predadores); ou outros métodos presentes no mercado e que comprovadamente mais eficazes, desde que de acordo com as normas dos órgãos ambientais.	M²	91628,04
4	4	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 1.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	152
	5	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 2.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	73
	6	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 3.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	59
	7	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 5.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	53
	8	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 6.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	32

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

	9	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 10.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	29
	10	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 30.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12
	11	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 40.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12
	12	<b>LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 60.000 LITROS:</b> Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12
5	13	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos camundongos e ratazanas, com utilização da ratol granulado e parafinado (bloco), grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, ingrediente ativo: brodifacoum a 0,005% – <b>GRAU LEVE DE INFESTACÃO.</b>	M²	83360,44
	14	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos camundongos e ratazanas, com utilização da ratol granulado e parafinado (bloco), grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, ingrediente ativo: brodifacoum a 0,005% – <b>GRAU MODERADO DE INFESTACÃO.</b>	M²	78564,72
	15	<b>SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO:</b> controlar de forma abrangente a infestação de ratos camundongos e ratazanas, com utilização da ratol granulado e parafinado (bloco), grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, ingrediente ativo: brodifacoum a 0,005% – <b>GRAU AVANÇADO DE INFESTACÃO.</b>	M²	83464,72

**NATUREZA DOS ATESTADOS:** Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão corresponder ao segmento (lote) efetivamente disputado, comprovando experiência prévia em serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o respectivo lote arrematado, observada a forma de medição aplicável (m² ou unidades).

**PORCENTAGEM A SER EXIGIDA:** Será admitida a somatória de atestados, desde que, em conjunto, comprovem a execução mínima de **10% (dez por cento)** do quantitativo total do lote arrematado (ou do item/itens que o compõem), respeitada a unidade de aferição correspondente (m²/unidades) e a compatibilidade com o segmento contratado.

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

A exigência de atestados com quantitativo mínimo de 10% do lote arrematado constitui parâmetro proporcional e suficiente para evidenciar aptidão técnico-operacional, sem impor barreiras desnecessárias à competitividade.

SEGMENTOS/ LOTES	SERVIÇOS	QUANTIDADE TOTAL	10% (MÍNIMO)
1	DEDETIZAÇÃO EM GERAL (CONTROLE INTEGRADO)	120.166,10 m²	12.016,61 m²
2	LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLÓGICO	74.382,44 m²	7.438,24 m²
3	AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS	91.628,04 m²	9.162,80 m²
4	HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA	434 unidades	43 unidades
5	DES RATIZAÇÃO POR GRAU DE INFESTAÇÃO	245.389,88 m²	24.538,98 m²

10.2.1. Como o julgamento será por lote, o percentual mínimo de comprovação por atestados será calculado sobre o quantitativo total do lote arrematado, considerando a unidade de medição aplicável (m² ou unidades). Caso o licitante seja vencedor de mais de um lote, a comprovação e o cálculo do percentual serão realizados de forma independente para cada lote, exigindo-se experiência compatível com o respectivo segmento contratado.

10.3 Devido à complexidade técnica do serviço, é recomendável que seja exigido como comprovação de capacidade técnica, para os Lotes 1, 2, 3, 4 e 5 os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

- Apresentar um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas as atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, bem como o registro ou inscrição deste profissional junto ao respectivo conselho competente (art. 7º da Resolução RDC ANVISA n. 622/2022).
  - (a) São habilitados para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas os seguintes profissionais: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário, Químico, Engenheiro Sanitarista e outros profissionais que possuam nas atribuições do conselho de classe respectivo, competência para exercer tal função (Lista exemplificativa);
  - (b) a comprovação de vínculo da licitante com o profissional poderá ser feita com a apresentação de Contrato Social, se sócio, ou da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço ou Ficha de registro de empregado;
- Apresentar Termo de Licença/Alvará da autoridade sanitária e ambiental competente, conforme art. 4º da RDC nº 622/2022.

**OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**

A experiência administrativa e o cenário de mercado evidenciam que falhas de execução, como atendimento insuficiente, baixa efetividade, reincidência e dificuldades de resposta logística, costumam decorrer da ausência de expertise específica e de estrutura operacional compatível com o vulto e a complexidade do objeto. Por isso, mostra-se recomendável exigir, nos termos da Lei nº 14.133/2021, atestados de capacidade técnica compatíveis com o(s) lote(s) disputado(s), mitigando riscos de inexecução e assegurando uma contratação exequível e vantajosa.

Por fim, sem restringir a competitividade, a diretriz de pesquisa e estímulo ao mercado prioriza a **Região Metropolitana de Belém**, por concentrar maior oferta de prestadores e oferecer melhores condições logísticas para atendimento continuado, favorecendo a participação de ME/EPP sediadas na região, sempre nos limites legais, e contribuindo para o desenvolvimento econômico regional, sem prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa e do interesse público.

#### **11 ADOÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA ME/EPP REGIONAL**

Nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá estabelecer, nos processos licitatórios, margem de preferência de até 10% para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas na região, desde que tal medida seja previamente justificada no processo e guarde compatibilidade com os objetivos da contratação.

Diante disso, esta área técnica propõe a adoção da referida margem de preferência para ME/EPP regional, abrangendo a Região Metropolitana de Belém: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena.

**A presente sugestão fundamenta-se nos seguintes aspectos:**

**Desenvolvimento econômico regional (RMB):** a priorização regional, no âmbito da Região Metropolitana de Belém, contribui para o fortalecimento da economia local/regional, estimulando a geração de empregos e o adensamento de prestadores especializados no setor de controle de pragas e saneamento ambiental.

**Eficiência logística e operacional do serviço continuado:** por se tratar de serviço com cronograma recorrente e possibilidade de chamados corretivos, empresas sediadas na RMB tendem a apresentar maior capacidade de resposta, com redução de custos indiretos de deslocamento e menor risco de descontinuidade na execução.

**Existência comprovada de fornecedores regionais aptos:** a pesquisa de mercado identificou a presença de ME/EPP e demais empresas na RMB atuando no segmento de controle de pragas, evidenciando viabilidade técnica e concorrencial para a adoção da diretriz regional, sem comprometer a competição.

**Potencialização do impacto social da contratação:** a medida reforça o caráter indutor das compras públicas, incentivando a formalização e o fortalecimento de pequenos negócios regionais, com reflexos positivos na economia e na prestação de serviços essenciais às unidades públicas.

**Preservação da competitividade e da vantajosidade:** a diretriz regional não elimina a concorrência, pois mantém o certame aberto a interessados de outras localidades; apenas orienta a análise mercadológica e busca estimular a participação de ME/EPP regionais, sem prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa e exequível.

#### 11.1 FUNCIONALIDADE DO BENEFÍCIO REGIONAL DE 10%

- Durante a fase de lances, a plataforma utilizada para o certame detecta que a proposta de menor valor é de uma empresa não regional (fora da Região metropolitana de Belém).
- Em seguida, verifica-se se há ME ou EPP regional entre os licitantes que apresentou lance com valor até 10% acima da melhor proposta.
- Se houver, a ME/EPP regional, mesmo que com o lance maior que a arrematante, será classificada em primeiro.

#### 11.2 REQUISITOS PARA APLICAÇÃO

- ✓ A ME/EPP deve comprovar sede ou filial ativa na Região Metropolitana de Belém;
- ✓ A diferença entre a proposta da ME/EPP regional e a menor proposta não pode ser superior a 10%.
- ✓ O edital deve prever expressamente a aplicação da margem de preferência regional.
- ✓ O benefício não se aplica a itens reservados exclusivamente para ME/EPP.
- ✓ A empresa precisa declarar na plataforma o porte de sua empresa, para que assim tenha acesso ao benefício (em caso de falsa declaração, a empresa deverá ser desclassificada do certame)

#### 11.3 EXEMPLO PRÁTICO

Suponha que o item 1 (SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL) tenha as seguintes propostas:

EMPRESA	SEDE	PORTE	VALOR PROPOSTO
Pragas LTDA	Marabá (PA)	Grande	R\$ 400.000,00
Dedetização ME	Ananindeua (PA)	ME (RMB)	R\$420.000,00
Detepraga EPP	São Luiz (MA)	EPP	R\$ 440.000,00

*(Os nomes das empresas apresentados são fictícios)*

- O melhor lance foi da Pragas Ltda (R\$ 400.000,00), mas a empresa não é ME/EPP e não tem sede na Região Metropolitana de Belém.
- O melhor lance da Dedetização ME, empresa regional, foi de R\$ 420.000,00, ou seja, 5% acima do menor valor ofertado.
- Como o percentual está dentro do limite de 10% estabelecido em lei, a Dedetização ME irá ser priorizada, e então passará na frente da Pragas LTDA (R\$ 400.000,00).
- Com isso, a empresa, mesmo que com um valor superior ao da arrematante, estando na margem de 10% diferenciado às ME regional, será priorizada.

#### 11.4 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE

### **PEQUENO PORTE (ME/EPP)**

Em observância ao disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações públicas as regras estabelecidas nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que asseguram às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido.

Contudo, a aplicação desses benefícios observará os seguintes limites:

I – Nas aquisições de bens e serviços em geral, não será aplicado o tratamento diferenciado quando o valor estimado do item licitado superar a receita bruta máxima de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, atualmente fixada em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

II – Nas contratações de obras e serviços de engenharia, não será aplicado o tratamento diferenciado quando o valor estimado da licitação ultrapassar o mesmo limite de receita bruta;

III – A obtenção dos benefícios fica limitada às ME e EPP que, no ano-calendário em que se realizar a licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que, somados, excedam a receita bruta máxima admitida para o enquadramento como EPP, devendo o licitante apresentar declaração expressa nesse sentido;

IV – Nas contratações cujo prazo de vigência seja superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para efeito de aplicação dos limites acima descritos.

Assim, o enquadramento das empresas licitantes como ME ou EPP será verificado:

- Pelo faturamento do último ano-calendário encerrado, ou, em se tratando de empresa recém-constituída, pela projeção do faturamento anual com base no período de atividade já transcorrido; e
- Pela observância do limite de contratos com a Administração no ano da licitação, conforme declaração apresentada pela empresa.

#### **11.4.1 DO CRITÉRIO DE DESEMPATE AUTOMÁTICO**

Nos termos do art. 44 da LC nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para ME e EPP como critério de desempate.

No pregão, será considerado empate quando a proposta de ME/EPP for de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, hipótese em que a ME/EPP será convocada automaticamente pelo sistema para apresentar nova proposta de preço inferior à primeira colocada, conforme rito estabelecido na legislação aplicável e no edital.

#### **EXEMPLO PRÁTICO**

1) Resultado inicial da disputa (menor preço):

Empresa A (não ME/EPP): R\$ 100.000,00 → 1º lugar

Empresa B (ME/EPP): R\$ 104.000,00 → 2º lugar

Empresa C (ME/EPP): R\$ 106.000,00 → 3º lugar

2) Verificação do “empate presumido” (até 5% acima do menor preço):





ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

5% de R\$ 100.000,00 = R\$ 5.000,00

Então, entram no empate presumido as propostas até R\$ 105.000,00.

A Empresa B (R\$ 104.000,00) está dentro do limite.

A Empresa C (R\$ 106.000,00) está fora.

3) Como a preferência funciona:

O sistema convoca a Empresa B (ME/EPP) para exercer o direito de preferência.

Ela precisa cobrir o melhor preço, ou seja, apresentar novo valor menor que R\$ 100.000,00.

4) Cenários possíveis:

Se a Empresa B oferecer R\$ 99.900,00 → ela passa a ser 1º lugar e vence.

Se a Empresa B não reduzir (ou não apresentar nova proposta no prazo do edital) → mantém-se a Empresa A como vencedora.

**Resumo:** Se uma ME/EPP ficar até 5% acima do menor preço, ela ganha a chance de dar um “último lance” para ficar abaixo do melhor valor e assumir a contratação.

### 11.5. DO BENEFÍCIO DE ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP

Conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve adotar, sempre que possível, medidas que promovam a participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), inclusive mediante a realização de licitação exclusiva para itens/contratações de valor estimado de até R\$ 80.000,00, quando compatível com o interesse público e com as condições do mercado.

No presente caso, contudo, opta-se por não instituir itens exclusivos para ME/EPP, tendo em vista que o objeto envolve serviço continuado de controle de pragas e atividades correlatas, estruturado em lotes **com** vultos expressivos e forte componente de logística, disponibilidade de equipe e resposta a chamados corretivos, além de exigências sanitárias e ambientais. A segmentação em itens exclusivos poderia reduzir indevidamente a competitividade, aumentar o risco de descontinuidade operacional, dificultar a padronização da execução e comprometer a exequibilidade e a eficiência do atendimento nas unidades públicas.

Ainda assim, o tratamento diferenciado será preservado por outros mecanismos legais e procedimentais, como a aplicação do empate ficto, a adoção de exigências de habilitação proporcionais e o estímulo à participação de ME/EPP da Região Metropolitana de Belém, sem restrição territorial do certame, assegurando competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa

### 11.6 DA DISPENSA DA COTA DE 25% PARA ME/EPP

A Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 48, inciso III, prevê a possibilidade de destinação de até 25% do objeto para subcontratação/contratação exclusiva voltada a ME/EPP, quando essa medida se mostrar viável e vantajosa. Contudo, a análise técnica do presente processo evidencia que não é recomendável aplicar a

ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

reserva percentual, tendo em vista as particularidades do objeto, serviço continuado de controle de pragas e atividades correlatas, estruturado em lotes, com execução recorrente em múltiplas unidades e possibilidade de chamados corretivos, pelas razões a seguir:

1. **Natureza contínua e necessidade de padronização operacional:** O serviço demanda método, logística, disponibilidade de equipe, controle sanitário/ambiental, rastreabilidade e resposta tempestiva, de modo que a fragmentação por cota percentual pode comprometer a padronização da execução, a uniformidade de procedimentos e a responsabilização clara pelo resultado, aumentando o risco de descontinuidade e de desempenho insatisfatório.
2. **Risco à competitividade e à economicidade:** A imposição de cota de 25% pode reduzir o universo competitivo efetivo e induzir a composições de custos menos eficientes, com potencial elevação de preços e aumento de riscos contratuais, contrariando a lógica de vantajosidade e exequibilidade esperada na contratação pública.
3. **Fomento a ME/EPP sem reserva de cota:** A ausência de reserva não afasta o tratamento diferenciado. Permanecem assegurados os benefícios legais às ME/EPP, como empate ficto e demais mecanismos previstos na LC 123/2006, além da adoção de exigências de habilitação e qualificação técnica proporcionais, de forma a não criar barreiras indevidas e favorecer ampla participação.
4. **Razoabilidade e proporcionalidade:** Diante do vulto e da criticidade do serviço, a opção por não aplicar a cota de 25% revela-se mais compatível com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, preservando a execução contínua, o controle contratual e a competitividade, sem prejuízo do incentivo à participação de ME/EPP.

Diante do exposto, não se recomenda a aplicação da cota de 25% para ME/EPP no presente certame, por não se mostrar medida proporcional ao objeto e por potencialmente afetar a competitividade e a execução eficiente do serviço, mantendo-se, contudo, os instrumentos legais de tratamento favorecido às ME/EPP, sem comprometimento da proposta mais vantajosa

## **12. IMPACTO AMBIENTAL**

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve observar, em todas as fases da contratação, os princípios que orientam as licitações, incluindo o desenvolvimento nacional sustentável. Ademais, o art. 11 da mesma lei estabelece que o processo licitatório deve buscar a proposta que produza o resultado mais vantajoso, considerando, entre outros aspectos, o ciclo de vida do objeto e a sustentabilidade.

No presente caso, por se tratar de serviço continuado de controle de pragas e atividades correlatas, os impactos ambientais relevantes não decorrem de “produção de bens”, mas principalmente do uso, armazenamento, aplicação e descarte de insumos (saneantes desinfestantes), da gestão de resíduos gerados na execução (embalagens, materiais contaminados e detritos recolhidos) e da logística de atendimento. Assim, o planejamento e a execução devem privilegiar práticas que reduzam riscos ambientais e sanitários, com critérios objetivos e verificáveis para orientar a fiscalização.

Entre os principais aspectos a serem observados, destacam-se:

**1. Uso racional de insumos e prioridade ao manejo preventivo**

Adoção de práticas que priorizem prevenção, monitoramento e intervenções proporcionais ao risco, evitando aplicações excessivas; Emprego de técnicas compatíveis com o ambiente (ex.: aplicação localizada, controle físico, vedação e monitoramento), sempre que tecnicamente recomendável.

**2. Produtos regularizados e aplicação segura**

Utilização exclusiva de produtos regularizados e adequados ao fim, com observância de dosagens, orientações do fabricante e procedimentos operacionais, reduzindo riscos de contaminação do solo, água e ambientes internos.

**3. Gestão de resíduos e destinação ambientalmente adequada**

Coleta e destinação correta de embalagens, resíduos e materiais decorrentes da execução (inclusive detritos retirados de forros e resíduos de higienização), evitando descarte irregular; Acondicionamento seguro durante a execução e transporte, quando aplicável.

**4. Proteção de recursos hídricos e higienização de reservatórios**

Na higienização de caixas d'água, adoção de procedimentos que evitem contaminações cruzadas e garantam uso responsável de água, com aplicação de desinfetante em dosagem compatível com a capacidade do reservatório e descarte adequado de resíduos removidos.

**5. Logística e redução de emissões**

Planejamento de rotas e cronogramas para reduzir deslocamentos repetidos, diminuindo emissões e custos indiretos, especialmente por se tratar de atendimento recorrente em múltiplas unidades.

**6. Evidências e rastreabilidade ambiental**

Relatórios por atendimento devem registrar método aplicado, produtos utilizados (lote/validade), orientações pós-serviço e medidas adotadas para manejo seguro e destinação de resíduos, permitindo fiscalização e responsabilização.

Essa abordagem assegura que a contratação, além de eficaz sob o ponto de vista sanitário, seja conduzida com responsabilidade ambiental, com critérios verificáveis, aptos a orientar o acompanhamento e a fiscalização, em alinhamento com a Lei nº 14.133/2021 e com o interesse público.

**13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente contratação, destinada à prestação de serviços continuados de controle de pragas e atividades correlatas para atendimento das unidades da Prefeitura Municipal de Castanhal/PA, revela-se essencial para a segurança sanitária, a continuidade dos serviços públicos e a adequada conservação das instalações, tendo sido devidamente autorizada pela autoridade competente.

Embora o Plano Anual de Contratações ainda se encontre em fase de consolidação, a contratação está amparada pelo planejamento setorial realizado, com instrução regular desde a formalização das demandas. Todas as providências administrativas necessárias foram adotadas, desde a elaboração dos Documentos de Formalização da Demanda (DFD's) até a presente fase, com identificação do escopo, estimativas de quantitativos e definição do modelo de contratação, de modo a refletir as necessidades efetivas das unidades atendidas.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se coerente com o planejamento institucional da Prefeitura Municipal de Castanhal/PA e com as prioridades de gestão, assegurando atendimento tempestivo, eficiente e exequível às demandas administrativas e operacionais relacionadas à saúde ambiental e ao bom funcionamento dos prédios públicos.

#### **14. OBSERVAÇÕES GERAIS**

##### **14.1. VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

Considerando as características do objeto, serviço continuado de controle de pragas e atividades correlatas, estruturado em lotes, com técnicas usuais de mercado, mensuração objetiva (m<sup>2</sup>/unidades) e execução operacional recorrente, verifica-se que a prestação pode ser realizada de forma plena por empresa individualmente constituída, não se evidenciando necessidade de conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras mediante consórcio.

A pesquisa de mercado e a experiência administrativa indicam a existência de oferta regional suficiente, especialmente no âmbito da Região Metropolitana de Belém, com empresas aptas a atender às exigências do Termo de Referência, o que assegura competitividade efetiva sem que a participação consorciada seja necessária para viabilizar o certame.

Além disso, admitir consórcios para este objeto pode introduzir complexidade indevida na execução e na fiscalização (divisão de responsabilidades, gerenciamento de equipes e insumos, rastreabilidade e apuração de responsabilidades), potencializando riscos de fragmentação operacional, dificuldades de governança contratual e distorções concorrenciais, sem ganhos proporcionais para a Administração.

Diante disso, e por não se justificar a união de capacidades para o cumprimento do objeto, fica vedada a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, com a presente motivação técnica destinada a resguardar a isonomia, a competitividade, a execução exequível e a seleção da proposta mais vantajosa, preservando a eficiência e a segurança jurídica do procedimento.

##### **14.2. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL – EXECUÇÃO, MEDIÇÃO, ACEITE E REGISTROS (SERVIÇO)**

###### **1) Antes da execução (preparo e conformidade)**

- Confirmar cronograma e unidades atendidas, com responsável local para liberação de áreas (forros, depósitos, copas/cozinhas, almoxarifados, áreas externas e caixas d'água).
- Verificar se a contratada apresentou a documentação exigida no contrato/TR (ex.: responsável técnico, licenças aplicáveis, POPs, fichas técnicas/FISPQ quando pertinente).
- Exigir plano de execução da visita (áreas-alvo, métodos, tempo estimado, sinalização e orientações pós-serviço).

###### **2) Durante a execução (segurança e controle operacional)**

- Acompanhar a intervenção, verificando isolamento/sinalização quando necessário e uso de EPIs pela equipe.

ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

- Confirmar aderência ao objeto por lote:
  - Lote 1: controle integrado de pragas (m<sup>2</sup>)
  - Lote 2: limpeza de forro/controle microbiológico (m<sup>2</sup>)
  - Lote 3: afugentamento/vedação morcegos e pombos (m<sup>2</sup>)
  - Lote 4: higienização de caixas d'água (unidades por capacidade)
  - Lote 5: desratização por grau de infestação (m<sup>2</sup>)
- Registrar evidências mínimas (checklist e, quando pertinente, fotos antes/depois e pontos críticos).

### 3) Medição e recebimento do serviço (aceite)

- Conferir se a medição está compatível com a unidade do item (m<sup>2</sup>/unidades), com identificação do local atendido.
- Verificar o relatório técnico por atendimento, contendo no mínimo: área/unidade, praga-alvo, método aplicado, produtos utilizados (nome/lote/validade), data/hora, equipe executora e orientações pós-serviço.
- Recusar/registrar como não conforme quando houver: ausência de relatório, método divergente, produto não identificado/irregular, falha de segurança, ou atendimento incompleto.

### 4) Pós-serviço (orientações e prevenção de reincidência)

- Confirmar que a unidade recebeu orientação formal sobre tempo de reentrada, ventilação, restrições e cuidados (inclui preservação de porta-iscas/armadilhas).
- Registrar ocorrências e reincidências para subsidiar atendimentos corretivos e ajustes de rotina.

### 5) Controle e rastreabilidade (gestão do contrato)

- Manter planilha/sistema com: datas, unidades atendidas, itens executados, quantitativos medidos, ocorrências, correções e glosas.
- Consolidar relatórios mensais para permitir avaliação de desempenho e pagamento somente do executado.

### OBSERVAÇÃO

- ✓ Serviço rejeitado / reexecução: quando identificado atendimento incompleto ou inadequado, registrar formalmente e demandar reexecução/correção no prazo contratual, com possibilidade de glosa e penalidades conforme minuta.
- ✓ Resíduos/embalagens e detritos: exigir que a contratada promova acondicionamento e destinação adequada dos resíduos gerados na execução (embalagens, materiais recolhidos de forros e detritos da higienização), apresentando comprovantes quando exigível, evitando permanência indevida de resíduos nas unidades e assegurando conformidade ambiental.

## 15. CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

O presente Estudo Técnico Preliminar é fruto de um processo colaborativo e integrado entre diferentes unidades da Administração Municipal, observando o fluxo de formalização e análise da demanda, nos seguintes termos:

- **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEPLAGE):** recepcionou os DFDs, procedeu à análise da demanda e, após manifestação técnica, encaminhou-os à Secretaria Municipal de Licitações e Suprimentos.
- **Secretaria Municipal de Licitações e Suprimentos (SUPRI):** ao receber a demanda, a Secretária Municipal despachou o processo para a Equipe de Cotações, responsável pela verificação e pesquisa de preços.
- **Equipe de Planejamento da SUPRI:** a partir das informações levantadas e consolidadas, idealizou e elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar, conferindo-lhe forma final e aderência aos parâmetros da Lei nº 14.133/2021. E posterior elaboração de termo de referência.

Assim, o presente documento reflete a atuação, garantindo que sua elaboração se deu em conformidade com as normas vigentes, bem como com a observância das necessidades reais da Administração.

**16. ANEXOS E APÊNDICES**

16.5. Apêndice I – RESUMO DO ETP

16.6. Apêndice II - MAPA DE RISCO

16.7. Apêndice III - DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

**17. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal nº 017/2024.

Explicitamente declaramos que a contratação é viável, justificando com base nos elementos contidos nos Estudos Preliminares.

Castanhal/PA, 27 de março de 2026.

**ELABORADO POR:**

\_\_\_\_\_  
**Isabela Carvalho P. Costa**  
Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações  
Matricula nº 309749-8

**COTAÇÕES DE PREÇOS REALIZADAS POR:**

\_\_\_\_\_  
**Erick Santa Brígida Correa**  
Responsável pela Pesquisa de Preço  
Matricula nº 309374-3

**ANALISADO E ACOMPANHADO POR:**

\_\_\_\_\_  
**Tatiana do Socorro Martins da Silva**  
Secretária Municipal de Suprimentos e Licitações  
Decreto nº 003/25



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

**APÊNDICE I - RESUMO DO ETP**

DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO	
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	Lei nº 14.133/2021
	Decreto Municipal nº 017/24 de 17 de janeiro de 2024
	IN nº 65/2021
QUAL O TIPO DE OBJETO?	BEM SERVIÇO
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	NÃO SIM
QUAL A NATUREZA DO OBJETO?	FORNECIMENTO/SERVIÇO CONTINUADO FORNECIMENTO/SERVIÇO NÃO CONTINUADO
QUAL O PERÍODO DE EXECUÇÃO?	30 DIAS 180 DIAS 12 MESES
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	NÃO SIM
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	NÃO SIM
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	NÃO SIM
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	NÃO SIM
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	NÃO SIM
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	NÃO SIM
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	SAÚDE AMBIENTAL E SANITÁRIA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO QUALIDADE DA ÁGUA ARMazenada REDUÇÃO DE CUSTOS COM EMERGÊNCIAS MITIGAÇÃO DE PASSIVOS E RESPONSABILIZAÇÃO
DOS ITENS/ PREÇO E QUANTITATIVO	
COMO SE OBTVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	ATRAVÉS DE LEVANTAMENTO DE NECESSIDADE ATUAL DAS SECRETARIAS, FUNDOS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS.
MEIOS USADOS NA PESQUISA	BANCO DE PREÇOS CONTRATAÇÕES SIMILARES FORNECEDORES
HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	NÃO SIM



ESTADO DO PARÁ  
GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL

HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM
DA MODALIDADE	
MODALIDADE ESCOLHIDA	<input type="checkbox"/> PREGÃO <input type="checkbox"/> CONCORRÊNCIA <input type="checkbox"/> ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> DIÁLOGO COMPETITIVO <input type="checkbox"/> INEXIGIBILIDADE <input type="checkbox"/> DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR	<input type="checkbox"/> SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
TIPO DE LICITAÇÃO	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO <input type="checkbox"/> MAIOR DESCONTO <input type="checkbox"/> MELHOR TÉCNICA
REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO	
PRAZO DE EXECUÇÃO QUALIDADE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS CONFORMIDADE LEGAL	
SEGMENTO DE RELEVÂNCIA	
DESCRIÇÃO DO SEGMENTO	DEDETIZAÇÃO EM GERAL (CONTROLE INTEGRADO) LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLÓGICO AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DES RATIZAÇÃO POR GRAU DE INFESTAÇÃO

APÊNDICE II – MAPA DE RISCO (PREGÃO ELETRÔNICO)

DADOS DO PROCESSO

OBJETO: SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS

FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação	Dano(s)	Ação(ões) Preventiva(s)	Responsável Preventiva	Ação(ões) de Contingência	Responsável Contingência
Planejamento de quantitativos inadequado (m <sup>2</sup> /unidades)	Média	Alto	Alto	Subdimensionamento ou superdimensionamento; risco de falha no atendimento e/ou sobrecusto	Consolidar DFDs; validar metragem/unidades por secretaria; revisar critérios de medição e cronograma	Equipe de Planejamento + Demandantes	Readequar quantitativos antes da contratação; ajustar cronograma e prioridades	Equipe de Planejamento
Termo de Referência inadequado	Médio	Alto	Alto	Execução desigual; glosas/contestações; baixa efetividade e insegurança jurídica	TR com critérios objetivos de medição, aceite e relatórios; definir prazos para chamados corretivos; alinhar lotes e itens	Equipe de Planejamento + Setor Técnico	Retificar TR e republicar; emitir esclarecimentos/ajustes antes da assinatura	Equipe de Planejamento + Jurídico
Pesquisa de preços frágil	Baixa	Alto	Alto	Estimativa de preço irreal; risco de fracasso do certame ou sobrepreço	Ampliar pesquisa regional (RMB); registrar metodologia e fontes; comparar contratações similares	Setor cotações	Reprogramar o planejamento e se necessário refazer estimativa	Setor de cotação + Planejamento
Habilitação técnica desproporcional ou insuficiente	Média	Médio	Médio	Restrição indevida ou contratação de empresa sem capacidade	Exigir atestados compatíveis por lote (percentual mínimo definido) e documentação sanitária/ambiental aplicável	Equipe de Planejamento + Comissão de Licitação	Reavaliar exigências; diligenciar documentos; desclassificar se não comprovar	Setor de Contratos + Jurídico + Agente de Contratação

### FASE DE ANÁLISE: GESTÃO/EXECUÇÃO DO OBJETO

Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação	Dano(s)	Ação(ões) Preventiva(s)	Responsável Preventiva	Ação(ões) de Contingência	Responsável Contingência
Atraso em atendimentos programados	Média	Médio	Médio	Comprometimento de rotinas e aumento da reincidência	Cronograma pactuado; controle por checklist; penalidades por atraso; comunicação prévia com unidades	Gestor + Fiscal	Notificar; aplicar sanções; reprogramar rota; glosar execução não realizada	Gestor + Fiscal + Contratos
Atraso em atendimento corretivo (chamado)	Média	Alto	Alto	Surto/reincidência; risco sanitário e paralisações	Definir prazo de resposta no TR; canal de acionamento; controle de ocorrências por unidade	Gestor + Fiscal	Aplicar penalidades; acionar plano emergencial; convocar remanescente em caso de inexecução	Gestor + Contratos + Jurídico
Execução incompleta/medição indevida (m²/unidades)	Média	Alto	Alto	Pagamento indevido; glosa; falha de controle	Regras claras de medição; relatórios por visita; evidências (fotos/checklist)	Fiscal	Glosar; exigir reexecução; aplicar sanções	Fiscal + Gestor + Jurídico
Uso de produto/método inadequado ou sem identificação	Baixa	Alto	Alto	Risco à saúde; passivo ambiental; responsabilidade	Exigir identificação (lote/validade) e fichas técnicas/FISPQ quando cabível; acompanhar execução e sinalização	Fiscal	Suspender serviço no local; registrar ocorrência; notificar e aplicar sanções; comunicar órgãos se necessário	Fiscal + Gestor + Jurídico
Reincidência elevada por falha técnica	Média	Médio	Médio	Aumento de custos e chamados; baixa efetividade	Monitoramento; relatórios com recomendações; reforço em pontos críticos; orientação às unidades (rotina preventiva)	Fiscal + Demandantes	Reforço corretivo; ajuste de método/rotina; eventual rescisão por desempenho insuficiente	Gestor + Fiscal + Jurídico

**CERTIFICAÇÃO:** A Equipe de Planejamento da Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações, em conjunto com a Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, certifica que este Mapa de Riscos reflete as

principais ameaças à contratação, com respectivas ações preventivas e contingenciais, garantindo alinhamento com a Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 65/2021 e princípios da boa governança pública.

### **ACERCA DO MAPA DE RISCOS**

Na etapa preparatória, os riscos concentram-se na correta definição do escopo e na calibragem técnica do procedimento. O primeiro ponto sensível é o dimensionamento inadequado dos quantitativos (m<sup>2</sup> e unidades), o que pode gerar subatendimento, sobrecusto ou descontinuidade. A mitigação exige consolidação dos DFDs, validação das áreas/unidades por órgão demandante e definição clara da metodologia de medição; como contingência, recomenda-se readequar quantitativos e cronograma antes da assinatura.

Outro risco relevante é a elaboração de Termo de Referência insuficiente, especialmente quanto a critérios de medição, aceite, relatórios por atendimento e prazos para chamados corretivos. A prevenção decorre da redação objetiva, com checklists e critérios verificáveis; se identificado tardiamente, a contingência é promover ajustes/retificações e republicação, quando necessário.

Também se destaca o risco de habilitação técnica desproporcional ou inadequada: exigências excessivas podem reduzir a competitividade, enquanto exigências frágeis podem permitir empresa sem capacidade operacional. A prevenção está na exigência de atestados compatíveis por lote, em percentual razoável, e na verificação documental mínima pertinente; como contingência, diligências e desclassificação de propostas inexequíveis.

Por fim, a insuficiência orçamentária/empenho pode retardar o início do serviço e comprometer a continuidade administrativa. Previne-se com programação financeira e reserva orçamentária compatível; em contingência, reprograma-se a execução priorizando unidades críticas.

Na fase de execução, o risco central é a postergação do início das rotinas, com impacto direto na salubridade das unidades e aumento de reincidência. A prevenção consiste em cronograma pactuado, ordem de serviço clara e fiscalização presencial nas primeiras execuções. Em contingência, aplica-se glosa e penalidades, com reprogramação imediata e, se necessário, medidas para substituição/rescisão conforme contrato.

O preço acima do parâmetro estimado representa dano potencial ao erário e compromete a eficiência do gasto. A prevenção está em pesquisa de preços robusta e coerente com o mercado regional e com o escopo por lote. Caso detectado durante a execução, reforça-se o controle de medição/aceite, com glosas por não conformidade e rigor na validação de quantitativos, evitando pagamento indevido.

A insuficiência de empenho/fluxo financeiro pode gerar atraso de pagamento e risco de descontinuidade. A prevenção exige programação financeira e emissão tempestiva de empenhos. Em contingência, prioriza-se o reforço/regularização do empenho e a reprogramação de cronograma, preservando unidades críticas.

A execução em desacordo com o TR é risco de alto impacto, pois afeta a efetividade sanitária e a segurança de usuários. A prevenção demanda TR objetivo (critérios de medição e aceite), checklist do fiscal, relatórios

por atendimento e evidências mínimas. Em contingência, suspende-se o aceite, determina-se reexecução/correção, aplica-se sanção e procede-se à glosa.

Atraso em atendimentos corretivos, compromete o controle de surtos e pode afetar o funcionamento das unidades. A prevenção é definir prazo de resposta (SLA) e canal de acionamento, com registro de ocorrências. Em contingência, notifica-se, aplica-se penalidade e aciona-se plano emergencial previsto no contrato.

Falhas de rastreabilidade (ausência de relatórios/produtos sem identificação), reduz a capacidade de fiscalização e aumenta risco sanitário/ambiental. A prevenção é exigir relatório padronizado por visita (incluindo produtos, lote/validade e orientações pós-serviço). Em contingência, glosa-se o pagamento até regularização, com sanções se houver reincidência.

E, por fim, a gestão inadequada de resíduos e impactos ambientais é um risco moderado, porém sensível, sobretudo em embalagens e detritos de forros e higienização de reservatórios. A prevenção é exigir acondicionamento e destinação adequada, com orientação e controle do fiscal. Em contingência, determina-se correção imediata e registro formal, com aplicação de sanções.



### **APÊNDICE III - DIRETRIZES ORIENTATIVAS PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

O presente documento tem por finalidade orientar e uniformizar, de forma técnica e colaborativa, os procedimentos adotados pelos órgãos e entidades do Município de Castanhal para a formalização de contratos administrativos decorrentes de Atas de Registro de Preços, especialmente nas contratações oriundas de Pregões Eletrônicos, conforme o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, assim como título III da referida lei.

As orientações aqui compiladas têm caráter orientativo e provisório, devendo ser observadas até a edição de normativa específica pela Procuradoria-Geral do Município (PGM) e pela Controladoria do Município.

#### **PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE CONTRATO**

Para a formalização de contratos decorrentes de ata de registro de preço, a Secretaria interessada deverá instruir o processo administrativo com ofício de solicitação dirigido à Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação, contendo obrigatoriamente:

- Objeto da contratação, conforme descrito na ata e no edital;
- Justificativa da necessidade, ainda que de forma sintética e objetiva;
- Indicação do fiscal do contrato (nome, matrícula e qualificação compatível);
- Número do processo administrativo, pregão eletrônico e ata correspondente;
- Relação dos itens e quantidades a serem contratados, observando o saldo disponível na ata;
- Prazo de vigência contratual pretendido;
- Confirmação de que os itens constam no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

**Nota:** O controle do saldo da ata é responsabilidade da Secretaria demandante, devendo haver planejamento e acompanhamento durante sua vigência.

#### **DOCUMENTOS RECOMENDADOS PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

Para fins de regularidade e transparência, recomenda-se que o processo contenha, em sequência cronológica:

- Despacho de solicitação de dotação orçamentária;
- Manifestação técnica da Contabilidade, com dotação, projeto/atividade e fonte de recurso (art. 150 da Lei nº 14.133/2021);
- Autorização expressa do Ordenador de Despesas, com declaração de compatibilidade orçamentária e financeira (art. 16 da LRF);
- Portaria de designação do fiscal do contrato, publicada e válida;
- Minuta contratual assinada pelas partes, conforme modelo padrão já aprovado pela PGM/CM;
- Certidões fiscais e trabalhistas atualizadas da contratada (FGTS, Receita Federal, CNDT e demais certidões fiscais exigidas no edital).

#### **SOBRE O PARECER JURÍDICO E CONTROLE INTERNO**

##### **Parecer Jurídico**

O parecer jurídico deverá:

- Analisar expressamente a minuta contratual, confirmando sua conformidade com o edital e com a Ata de Registro de Preços que lhe deu origem;
- Verificar a adequação das cláusulas obrigatórias previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021;
- Registrar, quando cabível, a possibilidade de substituição do contrato por documento hábil, como autorização de compra, nota de empenho ou ordem de fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023;
- Analisar a correção das disposições relativas à natureza dos serviços, distinguindo, quando aplicável, entre serviços continuados e não continuados, bem como as regras sobre saldos remanescentes e renovação de quantitativos em contratações continuadas;
- Examinar os procedimentos previstos para hipóteses de alteração contratual, abrangendo prorrogação de vigência, acréscimo ou supressão de quantidades, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- Analisar as disposições referentes às infrações e sanções administrativas, orientando que:
  - ✓ O fiscal do contrato é responsável por constatar e registrar eventuais descumprimentos, elaborando relatório circunstanciado e notificando a contratada para apresentação de defesa ou justificativa;
  - ✓ A Secretaria demandante é responsável por tramitar o processo de apuração, assegurando contraditório e ampla defesa, e encaminhar o processo à autoridade competente para decisão e aplicação da sanção;
  - ✓ O parecer jurídico deve ser emitido antes da aplicação de qualquer penalidade;
  - ✓ A sanção aplicada deverá ser publicada.
- Manifestar-se quanto à legalidade da formalização do instrumento, observando a competência da autoridade signatária, a validade e autenticidade dos documentos e a vinculação jurídica do contrato à Ata de Registro de Preços correspondente.
- Orientar que a minuta contratual aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e validada pelo Controle Interno não poderá sofrer qualquer alteração posterior, seja de cláusulas, prazos ou redação sem nova análise e aprovação prévia desses órgãos, sob pena de comprometer a regularidade e a validade do instrumento contratual.

#### **Parecer do Controle Interno**

O parecer do Controle Interno deverá:

- Analisar o processo licitatório de forma global, verificando o cumprimento das exigências legais, técnicas e procedimentais previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas do Município;
- Atestar se o processo está apto a gerar contrato, desde que sejam observadas as diretrizes e obrigações descritas neste ETP e em seu anexo de diretrizes orientativas em consonância com a Lei 14.133/2021;

- Mencionar expressamente que a formalização contratual dependerá do atendimento dos requisitos previstos nas referidas diretrizes, especialmente quanto à designação de fiscal, comprovação orçamentária, regularidade fiscal da contratada e publicações obrigatórias;
- Recomendar, quando cabível, ajustes ou complementações antes da homologação, de modo a assegurar que o processo, ao ser encaminhado para geração de contrato, esteja regular e em condições de prosseguir sem risco de nulidade;
- Registrar no parecer que, para a efetiva formalização do contrato, devem ser seguidas as diretrizes orientativas constantes neste ETP, cabendo à Secretaria demandante cumprir as etapas indicadas no item 2 (solicitação formal) e no item 3 (documentação mínima).

A critério do Controle Interno, poderá ser anexado ao processo um Parecer Geral sobre Contratos, contendo explicação passo a passo das exigências de formalização, execução e fiscalização, servindo de referência a todos os órgãos da Administração.

Alternativamente, esse conteúdo poderá constar no corpo do próprio parecer, desde que mantida a estrutura de conferência documental e de conformidade legal.

#### BASE LEGAL E LÓGICA DE GOVERNANÇA

Conforme o art. 169 da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem estar submetidas a práticas contínuas de gestão de riscos e controle preventivo, integrando um sistema de governança composto por três linhas de defesa, cada uma com funções e responsabilidades específicas no contexto da Administração Pública. A seguir, apresenta-se a estrutura e o papel de cada linha de defesa, aplicados ao fluxo licitatório e contratual do Município de Castanhal:

LINHA DE DEFESA	AGENTES ENVOLVIDOS	NATUREZA DA ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES
<b>1ª Linha de Defesa</b>	Servidores e empregados públicos diretamente envolvidos nas atividades administrativas; agentes de contratação; pregoeiros; gestores e fiscais de contratos.	<b>Operacional e executiva.</b> São os responsáveis pela condução das atividades, instrução dos processos, acompanhamento da execução e ateste das entregas. Representam a linha de frente na prevenção de falhas, irregularidades e desperdícios.
<b>2ª Linha de Defesa</b>	<b>Unidades de assessoramento jurídico e unidades de controle interno</b> do próprio órgão ou entidade.	<b>Preventiva e orientativa.</b> Atuam de <b>forma técnica e consultiva</b> , analisando a conformidade legal e processual dos atos, mitigando riscos e apontando ajustes <b>antes da prática do ato final. Garantem que o processo esteja apto e regular antes de ser encaminhado para contratação.</b>
<b>3ª Linha de Defesa</b>	<b>Órgão Central de Controle Interno (no caso de Controladoria Geral) da</b>	<b>Fiscalizadora e corretiva.</b> Exercem controle posterior sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos. Realizam auditorias, recomendações e

	<b>Administração e Tribunal de Contas.</b>	podem aplicar sanções, assegurando a responsabilização e a transparência dos gestores públicos.
--	--	---

O modelo das três linhas de defesa reforça a cultura de governança, integridade e controle preventivo nas contratações públicas.

Nele, cada instância atua de forma complementar e coordenada, assegurando que a Administração Municipal de Castanhal adote práticas de planejamento, transparência e responsabilidade, conforme os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

### **BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS**

- A minuta contratual deverá fazer referência expressa à Ata de Registro de Preços e ao respectivo processo licitatório;
- É recomendável evitar a contratação integral do saldo da ata em um único contrato, salvo com justificativa técnica e planejamento formalizado;
- A publicação do contrato na íntegra deverá ocorrer no jurisdicionado TCM/PA, Portal da Transparência e, no PNCP, assim como extrato de contrato;
- O Setor de Compras deverá conter saldo de contrato, Gestor e Fiscal designado deverão manter controle atualizado das entregas, medições e ocorrências contratuais;
- A SUPRI, em conjunto com os órgãos de controle, jurídico, acompanhará a aplicação destas diretrizes, promovendo ajustes sempre que necessário.

### **VALIDADE E APLICAÇÃO**

As presentes diretrizes constituem orientação institucional da Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação – SUPRI, destinadas a padronizar e fortalecer as rotinas administrativas relativas à formalização e execução dos contratos decorrentes de Atas de Registro de Preços.

Têm validade interna e caráter orientativo, podendo ser observadas por todas as Secretarias Municipais envolvidas em processos licitatórios e contratações públicas, até a publicação de normativa conjunta da Procuradoria-Geral do Município e Setor de Controle Interno do Município.

Como Secretária Municipal de Suprimentos e Licitação, oriento que estas diretrizes possam ser adotadas como referência obrigatória nas etapas subsequentes à licitação, formalização, execução, acompanhamento, fiscalização e encerramento contratual, assegurando que todos os procedimentos sejam conduzidos com segurança jurídica, transparência, responsabilidade e eficiência administrativa.

Ressalto, contudo, que a desburocratização dos fluxos processuais é igualmente relevante e deve ser continuamente estimulada, desde que preservados o controle, a legalidade e a integridade dos atos administrativos. A simplificação responsável, aliada ao uso de ferramentas tecnológicas e à padronização documental, contribui para agilizar os trâmites internos, reduzir retrabalhos e fortalecer a governança pública, sem comprometer a regularidade ou a rastreabilidade das contratações.



**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**



A adoção uniforme destas práticas busca promover a governança e a integridade administrativa, reforçando o comprometimento com o compliance público, a desburocratização dos fluxos internos, a padronização documental e a celeridade processual, sem prejuízo do controle e da legalidade.

Essas orientações alinham-se aos arts. 5º, 11, 169 e 170 da Lei Federal nº 14.133/2021, representando o compromisso desta Secretaria com uma gestão pública moderna, transparente e voltada a resultados, em benefício da eficiência administrativa e da confiança da sociedade castanhalense na Administração Municipal. O seu cumprimento contribui para a celeridade processual, a redução de retrabalho e a segurança jurídica das contratações públicas no Município de Castanhal.